

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	4
2.3 - Outras informações relevantes	6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	9
3.4 - Política de destinação dos resultados	10
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	12
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	13
3.7 - Nível de endividamento	14
3.8 - Obrigações	15
3.9 - Outras informações relevantes	16

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	17
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	27
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	30
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	32
4.5 - Processos sigilosos relevantes	33
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	34
4.7 - Outras contingências relevantes	35
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	36

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos	37
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	38
5.3 - Descrição dos controles internos	39
5.4 - Programa de Integridade	40
5.5 - Alterações significativas	43
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	44

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	45
6.3 - Breve histórico	46
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	48
6.6 - Outras informações relevantes	49

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	50
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	52
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	53
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	55
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	57
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	58
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	59
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	60
7.8 - Políticas socioambientais	61
7.9 - Outras informações relevantes	62

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários	63
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	64
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	65

Índice

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	66
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	67
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	68
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	69
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	70
9.2 - Outras informações relevantes	71
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	72
10.2 - Resultado operacional e financeiro	78
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	82
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	83
10.5 - Políticas contábeis críticas	84
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	90
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	91
10.8 - Plano de Negócios	92
10.9 - Outros fatores com influência relevante	93
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	94
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	95
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	96
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	101
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	104
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	105
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	106
12.7/8 - Composição dos comitês	110

Índice

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	112
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	113
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	115
12.12 - Outras informações relevantes	117

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	118
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	122
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	126
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	130
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	134
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	135
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	136
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	139
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	142
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	143
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	144
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	145
13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	146
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	147
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	148
13.16 - Outras informações relevantes	149

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	150
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	153

Índice

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	154
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	158
14.5 - Outras informações relevantes	159
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	160
15.3 - Distribuição de capital	163
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	164
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	165
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	166
15.7 - Principais operações societárias	167
15.8 - Outras informações relevantes	169
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	170
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	171
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	172
16.4 - Outras informações relevantes	173
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	174
17.2 - Aumentos do capital social	175
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	183
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	184
17.5 - Outras informações relevantes	185
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	186
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	187

Índice

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	188
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	189
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	190
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	191
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	192
18.8 - Títulos emitidos no exterior	193
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	194
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	195
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	196
18.12 - Outras informações relevantes	197
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	198
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	199
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	201
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	202
20.2 - Outras informações relevantes	203
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	204
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	205
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	206
21.4 - Outras informações relevantes	207

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Alexandre Tadao Amoroso Suguita

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

José Carlos Reis de Magalhães Neto

Cargo do responsável

Diretor Presidente

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

O diretor acima qualificado declara que:

- a. Reviu o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- c. O conjunto de informações nele contido é retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

O diretor acima qualificado declara que:

- a. Reviu o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- c. O conjunto de informações nele contido é retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0002-00
Período de prestação de serviço	16/02/2009 a 28/01/2014
Descrição do serviço contratado	Auditoria completa das demonstrações financeiras contábeis da Companhia e de suas controladas
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa exercício social corrente será de R\$ 143,0 mil reais e refere-se somente a serviços de auditoria, uma vez que não foram prestados serviços de outra natureza.
Justificativa da substituição	Procedimento interno da empresa de auditoria
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Jubran Pereira Pinto Coelho	01/01/2011 a 28/01/2014	881.663.096-53	R. Dr. Paes de Barros, 33, 19 andar, Itaim, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04530-904, Telefone (011) 21833000, Fax (011) 21833001, e-mail: jpcoelho@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Período de prestação de serviço	01/04/2014
Descrição do serviço contratado	Auditoria completa das demonstrações financeiras contábeis da Companhia e de suas controladas
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa exercício social corrente será de R\$ 156,0 mil reais e refere-se somente a serviços de auditoria, uma vez que não foram prestados serviços de outra natureza.
Justificativa da substituição	Rotatividade obrigatória prevista em regulação vigente
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Luiz Carlos Oseliero Filho	01/04/2016	273.435.738-02	Av. Dr. Chucrí Zaidan, 1.240, 4º ao 12º andares, Vila Cordeiro, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-130, Telefone (11) 51861224, e-mail: luizoseliero@deloitte.com
Marcelo Luis Teixeira Santos	01/04/2014 a 31/03/2016	042.802.187-57	Rua Alexandre Dumas, 1981, -, Chacara Sto. Antonio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04717-906, Telefone (11) 51866686, e-mail: marceloteixeira@deloitte.com

2.3 - Outras informações relevantes

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não recebeu nenhuma ressalva ou ênfase dos auditores independentes.

Além disso, não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 2 deste Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)
Patrimônio Líquido	52.777.953,51	48.192.736,94	62.315.034,68
Ativo Total	64.456.703,49	54.811.485,93	70.155.340,89
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	47.084.971,63	55.024.520,90	75.250.908,16
Resultado Bruto	48.188.402,72	56.251.924,36	76.921.878,33
Resultado Líquido	9.429.819,73	6.320.156,27	19.192.980,54
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	43.959.326	44.115.126	46.039.992
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,200609	1,092431	1,353498
Resultado Básico por Ação	0,214512	0,140000	1,354980
Resultado Diluído por Ação	0,00	0,13	0,42

3.2 - Medições não contábeis

Não são adotadas pela Companhia medições não contábeis para a avaliação de sua situação financeira.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não houve nota de Eventos Subsequentes nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2015	2016	2017
Regras sobre retenção de lucros	(a) 5% (cinco por cento) dos lucros deverão ser destinados para a reserva legal, até que tal reserva atinja valor equivalente a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o montante contabilizado na reserva legal acrescido do montante contabilizado na reserva de capital representar valor que exceda 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de 5% anteriormente mencionada; do saldo remanescente, uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à constituição de reserva de contingências e eventual reversão dessa reserva, nos termos da legislação em vigor; (b) até 10% (dez por cento) do saldo remanescente após o pagamento dos dividendos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia, poderão ser destinados para Reserva de Investimento com finalidade de resgate, recompra ou aquisição de ações de emissão da Companhia, ou ao desenvolvimento das atividades da Companhia, sem prejuízo do disposto no artigo 196 da Lei das S.A.; e (c) o eventual saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser prevista em orçamento de capital previamente aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará acerca do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos.		
Valores de retenção de lucros	R\$5.619,02 para reserva legal; e R\$ 5.570.756,92 para cancelamento de ações.	R\$1.416.935,49 para reserva legal; e R\$ 1.267.500,00 para reserva de lucros.	R\$ 0,0 para reserva legal; e R\$ 7.072.364,81,00 para reserva de lucros.
Regras sobre distribuição de dividendos	Em cada exercício social, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão desta reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das S.A.		
Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não houve.	Não houve.	Não houve.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015
Lucro líquido ajustado	9.429.819,73	6.320.156,27	19.192.980,54
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	25,000000	79,721384	24,992336
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,178670	0,131430	6,743483
Dividendo distribuído total	2.357.454,94	5.038.516,05	4.796.774,14
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção			

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	2.357.454,94	10/05/2018	1.259.629,01	05/04/2017	2.832.817,51	20/08/2015
Ordinária					1.963.956,63	21/03/2016
Outros						
Ordinária			3.778.887,04	05/04/2017		

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas nos últimos 3 exercícios sociais.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2017	11.678.749,98	Índice de Endividamento	22,12808418	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2017)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Quirografárias		0,00	0,00	0,00	294.743,76	294.743,76
Empréstimo	Quirografárias		11.384.006,22	0,00	0,00	0,00	11.384.006,22
Total			11.384.006,22	0,00	0,00	294.743,76	11.678.749,98
Observação							
A obrigação indicada como "Empréstimo", refere-se a contas a pagar, instrumentos financeiros derivativos, obrigações societárias, obrigações tributárias e obrigações trabalhistas. A obrigação indicada como "Título de dívida", refere-se a impostos diferidos.							

3.9 - Outras informações relevantes

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida da companhia era composta por (em Reais mil):

- (i) **contas a pagar**, referente a valores devidos a fornecedores no valor de R\$461,00 a pagar;
- (ii) **obrigações tributárias**, no valor de R\$6.307,00, as quais foram integralmente quitadas na data de apresentação da Versão 1 do Formulário de Referência relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017;
- (iii) **obrigações trabalhistas e despesa de pessoal**, no valor de R\$2.195,00, as quais já foram integralmente quitadas na data de apresentação da Versão 1 do Formulário de Referência relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017;
- (iv) **obrigações societárias**, no valor de R\$ 2.422,00, as quais já foram integralmente quitadas na data de apresentação da Versão 1 do Formulário de Referência relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; e
- (v) **instrumentos financeiros (derivativos)**, no valor de R\$ 0,0.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a) Fatores de Risco relacionados ao Emissor

I. A natureza dos negócios e atividades da Companhia traz riscos significativos ao investimento nas Ações

A Companhia (definição que inclui a Emissora e as suas subsidiárias, exceto se o contexto indicar diversamente) gere determinados fundos, veículos e carteiras de investimentos (“Fundos”). Os portfólios dos Fundos são compostos quase exclusivamente por ações de companhias abertas e fechadas, isto é, por ativos de renda variável, observando-se uma estratégia de significativa concentração. Se ocorrer uma queda no valor das ações de uma ou mais companhias que compõem os portfólios dos Fundos, os resultados dos Fundos, o montante de ativos sob gestão dos Fundos, os honorários auferidos pela Companhia relacionados com a administração e gestão de tais fundos e o preço das ações emitidas pela Companhia (“Ações”) serão adversa e significativamente impactados.

Os Fundos estão sujeitos a resgates conforme previsto nos respectivos regulamentos. A decisão pode estar baseada na percepção individual dos investidores sobre o cenário macroeconômico atual ou futuro, as perspectivas de crescimento de economias emergentes de maneira geral, e do Brasil em particular, e sobre as condutas dos administradores e empregados da Companhia, dentre outros motivos que não estão sob controle da Companhia. Tal resgate diminuirá o montante de ativos sob gestão dos Fundos e, conseqüentemente, os honorários auferidos pela Companhia relacionados com a administração e gestão de tais fundos e o preço das Ações.

II. Os resultados positivos dos Fundos podem não resultar na valorização das Ações.

O resultado histórico das atividades da Companhia não é indicativo dos resultados futuros da Companhia ou de quaisquer retornos esperados do investimento nas Ações.

Os retornos apresentados pelos Fundos são relevantes somente como uma indicação das taxas auferidas historicamente com a gestão dos Fundos. Os resultados históricos e os potenciais resultados futuros dos Fundos podem não resultar na valorização das Ações.

Entretanto, um resultado desfavorável dos Fundos poderá causar uma diminuição substancial nas receitas provenientes dos honorários relativos a taxas recebidas com base nesses Fundos e, dessa maneira, causar um efeito adverso no desempenho da Companhia e nos investimentos nas Ações.

Ademais, no que diz respeito aos resultados históricos dos Fundos, deve-se destacar que:

- (i) tais resultados não devem ser considerados como indicação de resultados futuros dos Fundos, nem de qualquer fundo ou carteira que a Companhia possa gerir no futuro;
- (ii) as taxas de retorno em investimentos de *private equity*, calculadas com base nos ativos ilíquidos dos investimentos dos respectivos fundos, refletem ganhos não realizados e que podem não vir a se realizar; e
- (iii) os resultados dos Fundos refletem oportunidades de investimento e condições gerais de mercado que podem não estar presentes no futuro, não havendo qualquer garantia de que os Fundos atuais ou futuros

4.1 - Descrição dos fatores de risco

serão capazes de beneficiar-se de oportunidades de investimento rentáveis da mesma maneira que foram no passado.

III. A Companhia é altamente dependente de certos membros de sua administração e a perda de qualquer desses indivíduos pode afetar adversamente sua capacidade de implementar sua estratégia de negócios e de continuar a crescer.

A Companhia depende significativamente do comprometimento e da capacidade dos seus administradores e gestores para a implementação da sua estratégia, incluindo a identificação de potenciais investimentos, a seleção, a estruturação e consumação dos investimentos feitos pelos Fundos em ações de companhias abertas e fechadas, o acompanhamento do desempenho de seu portfólio e a definição do momento apropriado para o desinvestimento. A Companhia é uma prestadora de serviços especializados, e não tem ativos significativos. A prestação de tais serviços depende da contratação e retenção de uma equipe de administradores e empregados de primeira linha, bem como de seu alinhamento de longo prazo com os resultados da Companhia. Se a Companhia não conseguir contratar, reter e alinhar administradores e empregados com os resultados da Companhia, os resultados dos Fundos, o montante de ativos sob gestão dos Fundos, os honorários auferidos pela Companhia relacionados com a administração e gestão de tais fundos e o preço das Ações serão adversa e significativamente impactados.

Os principais Fundos sob gestão da Companhia contém uma cláusula de “pessoa-chave” (*key-man event*) segundo a qual caso executivos chave não dediquem parcela substancial de seu tempo de trabalho ao fundo os seus investidores poderão resgatar antecipadamente o investimento e extinguir o fundo.

Além disso, a Companhia depende de outros membros da sua administração e de suas redes de relacionamento para desempenhar suas atividades. A perda de qualquer dessas pessoas pode causar um efeito adverso à Companhia. A Companhia acredita que poderá vir a ser necessário atrair e contratar profissionais qualificados do ramo de investimentos para implementar satisfatoriamente sua estratégia. Contudo, a Companhia pode não ter sucesso em recrutar novos talentos e em reter os atuais, uma vez que o mercado de profissionais qualificados nesta área é bastante competitivo. Esforços que visem a reter ou atrair profissionais podem, além disso, significar custos adicionais, que podem afetar adversamente a Companhia. Se a Companhia perder qualquer um de seus administradores ou gestores, existirá também o risco de resgates dos Fundos e de a Companhia não conseguir gerar novas oportunidades de negócios.

A perda destes profissionais teria um efeito adverso sobre os seus resultados, inclusive com relação à sua capacidade de atrair investidores e levantar novos Fundos e a performance dos Fundos. A Companhia não tem seguro de vida do qual poderia receber indenização no caso de morte ou incapacidade de quaisquer dessas “pessoas-chave”.

IV. As receitas e lucratividade da Companhia poderão variar, o que poderá dificultar o crescimento estável dos seus lucros a cada trimestre e provocar a volatilidade do preço de mercado das Ações.

Os Fundos experimentam considerável variação nas receitas e lucros durante o ano e de um ano para outro, devido a flutuações nos valores líquidos dos investimentos em ativos negociados em bolsa de valores, ao desempenho dos portfólios em relação aos respectivos parâmetros de desempenho (*benchmarks*). O recebimento (e o momento de recebimento) dos honorários relativos a taxas de performance que provêm dos investimentos de *private equity* dependem de eventos esporádicos e altamente variáveis, uma vez que dependem da realização desses investimentos e posterior desinvestimento dos mesmos. Não se pode prever se, ou quando, ocorrerá a realização dos investimentos ou desinvestimento de *private equity*.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia recebe honorários referentes a taxas de performance coletadas com base no desempenho dos Fundos. Por isso, se os valores de mercado de quaisquer das companhias dos portfólios geridos forem reduzidos nas datas de apuração, mesmo que apenas temporariamente, as receitas relacionadas a honorários relativos a taxas de performance que a Companhia receberá serão reduzidas.

Todos os Fundos estão sujeitos a *high water marks*, segundo os quais a Companhia não receberá honorários relacionados a taxas de performance por um determinado período, mesmo que o respectivo Fundo tenha obtido retornos positivos nesse período, se o fundo tiver incorrido perdas maiores em períodos anteriores. Portanto, se um fundo sofrer perdas em um período, a Companhia não receberá honorários relacionados a taxas de performance daquele fundo até que se ultrapasse a *high water mark* anterior. Essas flutuações das receitas e lucros da Companhia poderão levar a uma considerável volatilidade dos preços das Ações.

V. A má-conduta dos funcionários e a percepção insubstanciada de uma má conduta dos funcionários por parte dos quotistas poderá prejudicar a Companhia, reduzir a sua capacidade de atrair e manter a gestão dos Fundos e sujeitar a Companhia a considerável responsabilidade civil, a investigações dos órgãos reguladores e a danos significativos à sua reputação. Esse tipo de conduta é de difícil verificação e prevenção.

A Companhia é vulnerável à má percepção do mercado, uma vez que opera em um setor no qual a integridade e confiança de seus clientes e investidores dos Fundos são cruciais. A boa reputação da Companhia é essencial à manutenção e ao desenvolvimento de relações com potenciais e atuais clientes e terceiros com os quais a Companhia realiza seus negócios. Nos últimos anos, testemunhou-se no mercado financeiro mundial uma série de casos de grande repercussão envolvendo fraudes, conflitos de interesse ou outras formas de má-conduta envolvendo profissionais da área. Os funcionários da Companhia podem incorrer em atividades de má-conduta (ou os quotistas dos Fundos e acionistas da Companhia poderiam supor que tais condutas ocorreram, mesmo sem provas) o que afetaria adversamente os negócios da Companhia. Se, por exemplo, um dos seus funcionários praticasse atividades ilícitas ou suspeitas, a Companhia poderia não só estar sujeita a sanções regulatórias, mas também ter sua reputação, situação financeira e relacionamento com os investidores/clientes seriamente abalados como consequência da correspondente percepção negativa, afetando a capacidade de atrair recursos para os Fundos. Nem sempre é possível impedir a má-conduta de um funcionário ou uma alegação infundada de má-conduta, visto que as medidas de prevenção implementadas pela Companhia poderão ser ineficazes.

VI. Um fraco desempenho dos Fundos causaria uma queda nas receitas e resultados operacionais da Companhia e afetaria adversamente a capacidade da Companhia de captar recursos para fundos ou carteiras futuras.

Os resultados operacionais da Companhia dependem do desempenho dos Fundos. Considerando que as receitas da Companhia estão relacionados com os resultados obtidos pela a gestão e desempenho dos Fundos, o fraco desempenho desses fundos resultará em redução dos honorários a que a Companhia faz jus e, conseqüentemente, das receitas, além de dificultar a manutenção ou atração de novos Fundos e o crescimento dos negócios da Companhia. As receitas da Companhia estão relacionadas, sobretudo, a duas fontes: (i) honorário referentes a taxas de gestão, com base no volume de ativos dos Fundos; e (ii) honorários referentes a taxas de performance, obtidas com base no desempenho dos Fundos. Se qualquer desses Fundos tiver um fraco desempenho, as receitas e resultados operacionais da Companhia se reduzirão.

VII. A Companhia pode necessitar de recursos adicionais no futuro, que poderão ser obtidos através de aumento do capital social. A obtenção de recursos por esse meio poderá diluir a participação dos acionistas na Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode necessitar de recursos adicionais no futuro e pode não ser capaz de obter financiamento em termos atraentes para a Companhia. Caso a Companhia não consiga obter recursos adequados para atender às suas exigências de capital, poderá ser obrigada a aumentar o seu capital social. Além disso, a Companhia poderá optar por buscar recursos adicionais, caso acredite que tais recursos sejam obtidos em condições favoráveis. Captações adicionais podem ser obtidas por meio de aumentos de capital, que podem levar à diluição da participação dos acionistas da Companhia.

VIII. Os titulares de Ações podem não receber quaisquer dividendos ou juros sobre o capital próprio ou receber um valor inferior ao dividendo mínimo obrigatório.

O estatuto social da Companhia prevê que a Companhia deve pagar aos seus acionistas um percentual mínimo de 25% do lucro líquido ajustado anual da Companhia, calculado e ajustado conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Porém, em determinadas circunstâncias, a Companhia poderá não ser capaz de distribuir dividendos ou poderá distribuí-los em valor inferior ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Por exemplo, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a administração da Companhia pode recomendar o não pagamento de dividendos, caso acredite que o tal pagamento seja inconsistente com a situação financeira da companhia naquela data. Portanto, os titulares de Ações poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio nessas circunstâncias ou poderão receber dividendos em valores inferiores ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

b) Fatores de Risco relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

I. Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses do investidor.

Os acionistas controladores da Companhia podem, dentre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e, sujeitos a certas exceções, deliberar sobre qualquer assunto que exija a aprovação dos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações, sociedades e o montante e período de pagamento de dividendos futuros. Os interesses dos acionistas controladores da Companhia poderão diferir daqueles dos acionistas não controladores.

c) Fatores de Risco relacionados aos acionistas da Companhia

I - A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos nossos acionistas de venderem as Ações pelo preço e ocasião que desejam.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. Mercados de negociação líquidos e ativos geralmente acarretam menor volatilidade de preços e maior eficiência na execução de ordens de compra e venda de pessoas que não tenham nenhuma relação com a emissora. Por conseguinte, a capacidade dos nossos acionistas de venderem as Ações pelo preço e no momento desejados poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação das Ações. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das Ações poderão prejudicar o valor de negociação das Ações.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

d) Fatores de Risco relacionados às controladas e coligadas da Companhia

Os fatores de risco da Companhia, descritos acima, incluem os fatores de risco de suas subsidiárias, conforme aplicável.

e) Fatores de Risco relacionados aos fornecedores da Companhia

Conforme apontado anteriormente, a Companhia depende basicamente das pessoas que contrata como administradores e empregados, não havendo um fornecedor específico responsável única e exclusivamente para o bom andamento das operações envolvendo a Companhia.

No entanto, a Companhia depende de uma série de fornecedores, tais como organizações bancárias, de compensação e liquidação, sociedades prestadoras de serviços de telefonia, provedores de serviço em linha direta, processadores de dados e vendedores de software e hardware com relação a elementos dos seus sistemas de registro e negociação, bem como outros sistemas e o suporte e a manutenção correlatos. Não há como assegurar que qualquer desses prestadores de serviços conseguirá continuar a prestar tais serviços de modo eficiente ou que os mesmos conseguirão expandir os seus serviços adequadamente de modo a satisfazer nossas necessidades. A interrupção ou a cessação da prestação de serviços relevantes por terceiros e a nossa incapacidade de realizar ajustes alternativos tempestivamente ou de realizar tais serviços podem ter efeito adverso relevante sobre os nossos negócios.

f) Fatores de Risco relacionados aos clientes da Companhia

I. Os investidores dos Fundos poderão resgatar seus investimentos a qualquer momento, o que poderá levar a uma redução das receitas da Companhia e afetá-la adversamente.

Os investidores de uma parte dos Fundos podem, de modo geral, resgatar a totalidade ou parte de seus investimentos de tais Fundos a cada mês ou a cada trimestre, dependendo do Fundo gerido. Os investidores poderão decidir transferir seus recursos dos Fundos para outros investimentos por inúmeras razões, além de um desempenho insatisfatório dos Fundos. Entre os fatores que poderão resultar na saída de investidores dos Fundos, estão sua própria percepção sobre o ambiente de investimentos global e no Brasil, mudanças nas taxas de juros que tornem outros investimentos mais atraentes, alterações na percepção do investidor quanto ao foco do gestor, descontentamento com alterações ou ampliações da estratégia de investimentos do Fundo, perdas ou alteração das responsabilidades de profissionais-chave na área de investimentos, e mudanças na regulamentação e legislação. Num mercado financeiro em queda, o ritmo dos resgates e a consequente redução dos ativos sob gestão da Companhia poderá se acelerar significativamente. A redução das receitas da Companhia que resultaria de resgates significativos dos Fundos teria um efeito adverso sobre o valor total sob gestão da Companhia, e consequentemente sobre as receitas da mesma. Além disso, a Companhia pode ser prejudicada por perdas dos negócios com seus principais clientes e investidores.

II. Grande parte das receitas da Companhia provém dos contratos relacionados com a gestão dos Fundos, que poderão ser rescindidos antecipadamente.

Os termos dos contratos que regem os Fundos normalmente conferem aos investidores o direito de terminar o relacionamento da Companhia com esses Fundos, em circunstâncias específicas. Se os contratos de gestão forem rescindidos antecipadamente, a Companhia será afetada adversamente.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Os documentos constitutivos dos principais fundos sob gestão da Companhia geralmente concedem aos investidores o direito de destituir seus respectivos *managing members* (sócios gerentes) em diversas circunstâncias. Na hipótese de destituição de um *managing member*, o outro *managing member* eleito poderá optar por não manter a Companhia como responsável pela gestão dos respectivos fundos, fazendo com que esta perca o direito de receber os honorários que compõem a receita da Companhia.

g) Fatores de Risco relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atua

I. O setor de gestão de recursos é altamente competitivo.

O porte e o número dos fundos de ações e fundos de *private equity* vêm crescendo há vários anos, tanto no Brasil quanto no exterior. Se esta tendência se mantiver, é possível que seja cada vez mais difícil para os Fundos captarem recursos. Acima de tudo, a alocação de volumes cada vez maiores de capital em estratégias de investimentos alternativas, por investidores institucionais e individuais, poderá levar a uma redução das oportunidades de investimento lucrativas, devido, dentre outros fatores, à elevação dos preços dos investimentos ou a uma maior dificuldade de obtenção dos retornos desejados. Além disso, se as taxas de juros aumentarem, a atratividade dos Fundos em comparação com investimentos em outros produtos poderá diminuir.

A concorrência por alocação de recursos de investidores depende de diversos fatores, entre os quais:

- (i) o desempenho do investimento;
- (ii) a percepção do investidor quanto aos esforços, ao foco e ao alinhamento de interesses dos gestores do investimento;
- (iii) a qualidade dos serviços prestados aos investidores e a duração do relacionamento com eles;
- (iv) a reputação no mercado; e
- (v) o valor das dos honorários relativos às taxas cobradas pelos serviços.

A Companhia compete em todos os aspectos do setor de gestão de recursos com um grande número de gestores de recursos e fundos de *private equity*, *hedge funds* e outras instituições financeiras. Alguns desses concorrentes possuem mais visibilidade no mercado e maior acesso ao capital. Além disso, alguns fatores contribuem para elevar os riscos competitivos da Companhia:

- (i) os investidores poderão demonstrar preocupação de que a Companhia poderia priorizar o crescimento de um negócio em detrimento de seu desempenho;
- (ii) são relativamente poucas as barreiras à entrada de novos gestores de recursos e fundos de *private equity* e *hedge funds* no mercado, e os esforços bem-sucedidos dos novos participantes nas diversas linhas de atuação da Companhia – como ex-gestores de carteira de destaque vindos de instituições financeiras diversificadas e de grande porte (bem como essas próprias instituições) ou companhias estrangeiras tradicionalmente não voltadas ao Brasil ou à América Latina – continuarão resultando em maior concorrência;
- (iii) outros participantes do setor poderão tentar recrutar os melhores e mais destacados profissionais de investimento da Companhia;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- (iv) o número de oportunidades de investimento no mercado acionários brasileiro é relativamente pequeno comparado a outros mercados desenvolvidos. Isso pode resultar em concorrência por oportunidades e correlação com portfólios de nossos concorrentes.

Esses e outros fatores poderão afetar adversamente a Companhia. Além disso, se a Companhia for obrigada a competir por investidores com outros gestores alternativos de investimentos em termos de preço, a Companhia pode não ser capaz de manter suas estruturas atuais de honorários relacionados aos honorários relativos a taxas de gestão e performance. Há um risco de redução das taxas do setor de gestão de investimentos, independente do desempenho histórico do gestor. O ambiente de mercado competitivo poderá elevar a pressão sobre as taxas que a Companhia pode cobrar de seus investidores. Uma redução das taxas dos fundos existentes ou futuros, sem reduções correspondentes na estrutura de custos da Companhia, poderá afetar os lucros obtidos pela Companhia de modo adverso.

II. Como gestora dos Fundos, a Companhia estará sujeita ao risco de litígios judiciais com terceiros, o que poderá resultar em perdas consideráveis e em danos à sua reputação, que poderão afetar adversamente a Companhia.

De modo geral, a Companhia está exposta ao risco de litígios judiciais com seus clientes se for alegado que a Companhia violou o regulamento ou contratos de gestão dos Fundos, por ter agido de forma dolosa ou com culpa grave ainda que de maneira infundada. Os investidores poderão acionar a Companhia para recuperar os valores perdidos pelos Fundos em razão de alegada má-conduta. Os litígios judiciais envolvendo o setor de serviços financeiros são cada vez mais frequentes, e qualquer litígio suscitado no futuro poderá afetar adversamente a Companhia. Investidores têm a sua própria percepção quanto às condutas, e a Companhia não tem controle sobre tal percepção. A título de exemplo, a Companhia, os Fundos e alguns dos funcionários da Companhia estão expostos ao risco de litígio relativos às atividades de investimento nos Fundos e às medidas tomadas pelos diretores e membros dos conselhos de administração das companhias pertencentes ao portfólio dos Fundos geridos pela Companhia (na medida em que a Companhia tiver indicado tais pessoas), como o risco de ações movidas por outros acionistas das companhias de capital aberto em que os Fundos têm investimentos significativos. Em tais litígios, a Companhia seria obrigada a suportar as despesas judiciais, as despesas de acordo e outras, o que poderia superar o valor da cobertura de seguro disponível. Se a Companhia for obrigada a arcar total ou parcialmente com as despesas de ações judiciais ou de investigações em decorrência de insuficiência de seguro ou do insucesso em obter indenização dos Fundos, a Companhia poderá ser afetada adversamente. A existência de qualquer litígio, mesmo que defendido com sucesso, pode prejudicar os negócios e impedir a entrada de novos investidores ou resultar em resgates significativos nos Fundos.

III. Uma flutuação nos mercados de ações poderá resultar em redução do valor dos ativos geridos pela Companhia.

Flutuações nos mercados de ações, e particularmente nas ações negociadas na BM&FBOVESPA, poderão resultar em redução dos preços das ações e do valor dos ativos que se encontram sob gestão da Companhia. Essas reduções ou volatilidade do valor dos ativos poderão, se ocorrerem, afetar adversamente a Companhia, inclusive pela redução dos honorários relacionados a taxas de gestão e taxas de performance, as quais se baseiam, respectivamente, nos ativos líquidos e no desempenho dos Fundos, de modo que uma queda do valor dos ativos sob gestão da Companhia e/ou uma redução, por qualquer motivo, dos honorários devidos poderão afetar adversamente a Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

IV. Os Fundos investem principalmente em ações de companhias brasileiras, o que poderá envolver incertezas e riscos cambiais, políticos, sociais e econômicos.

Os Fundos atualmente investem a maior parte dos seus ativos em ações de companhias brasileiras. Além das incertezas comerciais, esses investimentos poderão ser afetados por mudanças cambiais, bem como por incertezas políticas, sociais ou econômicas que afetarem um país ou região. O mercado financeiro brasileiro pode apresentar liquidez e alta volatilidade dos preços.

V. Os negócios da Companhia poderão ser afetados adversamente pelas condições dos mercados financeiros globais e pelas condições econômicas em geral.

Por sua própria natureza, os negócios da Companhia não produzem resultados financeiros previsíveis. Embora a Companhia tenha obtido um crescimento dos seus ativos sob gestão nos últimos anos, refletindo uma conjuntura comercial e de investimentos favoráveis e um aumento da atividade dos mercados de capitais, uma mudança adversa dessas condições de mercado poderá afetar adversamente a Companhia e, portanto, suas Ações.

Os negócios da Companhia são consideravelmente afetados pelas condições dos mercados financeiros globais e pelas condições econômicas em geral e essas condições podem mudar de forma repentina e radical. A Companhia e, portanto, suas Ações, já foram afetadas adversamente, e poderão ser afetadas adversamente no futuro, por condições econômicas e de mercado desfavoráveis ou incertas, as quais podem ser causadas pela eclosão de conflitos armados ou outros fatores de instabilidade geopolítica, pela queda da confiança dos empresários, pelo aumento da inflação, por escândalos empresariais, políticos ou outros escândalos que reduzam a confiança dos investidores nos mercados de capitais, por desastres naturais ou pandemias ou por uma combinação desses ou de outros fatores.

VI. Os Fundos poderão ser afetados adversamente, por diversos fatores, incluindo condições adversas de mercado, dentre elas, a redução do valor ou do desempenho dos investimentos feitos por esses Fundos e a redução da capacidade dos Fundos de captar ou alocar recursos, o que poderá reduzir consideravelmente as receitas e resultados operacionais da Companhia.

Se as condições econômicas globais forem desfavoráveis, os Fundos poderão não apresentar bom desempenho e a Companhia poderá não ser capaz de captar recursos para os Fundos existentes ou futuros. Os Fundos são consideravelmente afetados pelas condições dos mercados financeiros do Brasil e do mundo e pelas condições da economia brasileira e global.

Além disso, os Fundos estão sujeitos também aos riscos associados aos mercados emergentes. Os mercados e as circunstâncias econômicas do Brasil e/ou do mundo poderão se deteriorar em razão de vários fatores alheios ao controle da Companhia, como alta das taxas de juros ou de inflação, terrorismo ou incertezas políticas. Além disso, condições de mercado ou econômicas adversas, bem como uma retração nas atividades do setor específico em que operam as sociedades investidas desses Fundos, poderão ter um efeito negativo sobre os lucros de tais sociedades. A Companhia também poderá enfrentar uma redução das oportunidades de vender os investimentos de *private equity* dos Fundos e de obter o respectivo valor, além de falta de oportunidades adequadas de investimentos para os Fundos, o que poderá ter um efeito negativo sobre os lucros da Companhia. Uma retração geral do mercado ou deslocamento de um mercado específico poderá provocar queda nas receitas e resultados operacionais da Companhia causando: uma redução dos ativos líquidos sob gestão, o que reduzirá os honorários relacionados com taxas de gestão; uma redução dos retornos dos investimentos, o que reduzirá os honorários relacionados com taxas de performance e ainda, poderá resultar em resgates pelos investidores.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

h) Fatores de Risco relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atua

I. Alterações na regulamentação do setor de gestão de recursos podem impactar adversamente os negócios da Companhia.

O setor de gestão de recursos é altamente regulamentado no Brasil. A CVM é responsável pela edição de novas normas, bem como pela fiscalização do setor de gestão de recursos no Brasil. O mercado de gestão de recursos é, assim como o de fundos de investimento, auto-regulado pela ANBIMA, que determina regras adicionais e políticas que devem ser observadas por seus membros, especialmente em relação às atividades de marketing. A Companhia não tem como prever se futuras alterações na regulamentação pela CVM e/ou pela ANBIMA terão um efeito material adverso no seu negócio. Além disso, crises no mercado e o significativo aumento do capital alocado para estratégias alternativas de investimento durante os últimos anos resultaram em uma maior fiscalização governamental e auto-regulamentação do setor de gestão de investimentos, a qual não pode ser prevista pela Companhia.

Adicionalmente, as perturbações do mercado e do aumento significativo do capital alocado para estratégias de investimento alternativo durante os últimos anos têm levado a um aumento no controle governamental, bem como o controle de auto-regulação da indústria de fundos ao redor do mundo. Como exemplo, determinada legislação que propõe uma maior regulação da indústria de fundos em países como os Estados Unidos da América, Canadá e Europa, regiões, onde se localizam os principais investidores dos Fundos geridos pela Companhia. Qualquer regulamentação nesse sentido poderia ter um impacto material adverso sobre os Fundos e a Companhia.

II. Mudanças na legislação tributária brasileira poderão afetar adversamente o tratamento fiscal favorável dos Fundos.

Os Fundos estrangeiros podem deter, direta ou indiretamente, os investimentos em companhias abertas brasileiras por meio do mecanismo de investimento estrangeiro, estabelecido através da Resolução CMN 2.689. Os ganhos de capital, oriundos da venda desses investimentos por esses Fundos estrangeiros estão atualmente isentos de retenção de imposto de renda no Brasil, desde que as vendas ocorram na BM&FBOVESPA e que o beneficiário não esteja localizado em paraíso fiscal. A Companhia não pode garantir que essa isenção será mantida. Caso os Fundos estrangeiros tenham que pagar imposto de renda retido na fonte sobre a alienação de investimentos detidos pelos Fundos estrangeiros no Brasil a rentabilidade líquida de tais Fundos poderá ser afetada.

Além disso, o governo brasileiro pode aumentar as taxas existentes ou impor novos impostos aplicáveis aos Fundos.

III. Mudanças na regulação de Companhias Abertas e Mercado de Capitais.

No Brasil, as companhias estão sob regulação forte e permanente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que emite Instruções a serem seguidas e Determinações em casos de infração às Instruções. Alterações a estas podem ser feitas, causando efeitos adversos na Companhia, impossibilitando ou dificultando, por exemplo, que determinada atividade chave da Companhia seja executada.

Adicionalmente, por ser a Companhia uma companhia aberta com valores negociados na BM&FBovespa e listados no segmento de governança corporativa do “Novo Mercado”, a Companhia está vinculada e submetida

4.1 - Descrição dos fatores de risco

ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Tal documento contém condutas a serem adotadas pela Companhia para garantir as melhores práticas de governança corporativa. Alterações nesta regulamentação podem afetar adversamente a Companhia.

IV. Mudanças na regulação de fundos de investimentos e carteiras de valores mobiliários.

No Brasil, os fundos de investimento e carteiras de valores mobiliários são produtos oferecidos no mercado financeiro e altamente regulados pela CVM e também pela BM&FBovespa no caso dos clubes de investimento.

Por ser atividade principal da Companhia a gestão de Fundos, a Companhia fica suscetível a mudanças na regulação destes produtos, podendo gerar efeitos adversos na estratégia de investimento adotada pela Companhia no exercício de suas atividades de gestão.

Tais efeitos podem ocasionar uma diminuição na rentabilidade dos fundos fazendo com que a Companhia perca clientes que podem não mais enxergar os Fundos como bons veículos de investimentos, gerando assim uma diminuição no volume total sob gestão da Companhia e conseqüente diminuição nas receitas da mesma. Além disso, a possibilidade de diminuição da rentabilidade dos Fundos pode ocasionar uma diminuição da receita percebida pela Companhia a título de taxa de performance dos fundos.

i) Fatores de Risco relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atua

A Companhia pode estar sujeita à regulação adicional nos países estrangeiros em que tem atuação, como, por exemplo, nos Estados Unidos da América, e tal regulação poderá ter impacto relevante na Companhia, inclusive envolvendo custos para o devido cumprimento de referida regulação ou restrições às atividades desenvolvidas pela Companhia.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

I. As condições políticas e econômicas brasileiras poderiam afetar adversamente a Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada por mudanças nas políticas ou regulamentação brasileiras, sejam elas implementadas a nível federal, estadual ou municipal, envolvendo tarifas públicas e controle cambial, bem como outros fatores como inflação, taxas de juros, liquidez dos mercados financeiros e de valores mobiliários brasileiros, política fiscal e outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil.

A economia brasileira é caracterizada por frequentes e ocasionais intervenções extensivas do Governo Federal e também pela ocorrência de ciclos econômicos instáveis. O Governo Federal frequentemente altera as políticas monetárias, fiscais, de crédito, tarifárias e outras políticas para controlar o curso da economia do país. Por exemplo, as medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, frequentemente implicam no controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, imposição de controles cambiais e limitação às importações. A Companhia não tem controle sobre, e não pode prever quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro.

A Companhia poderá ser adversamente afetada pelos seguintes fatores, dentre outros:

- (i) inflação;
- (ii) variações na taxa de câmbio;
- (iii) controles cambiais (inclusive restrições sobre a remessa de dividendos);
- (iv) taxas de juros;
- (v) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- (vi) expansão ou contração da economia brasileira;
- (vii) instabilidade dos preços;
- (viii) níveis de renda e emprego;
- (ix) políticas fiscais;
- (x) instabilidade social e política; e
- (xi) outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou o afetem.

A incerteza sobre a implementação pelo Governo Federal de alterações relevantes e eficazes nas políticas ou regulamentações em relação a esses ou outros fatores no futuro, e os acontecimentos resultantes de crises políticas poderão contribuir para a incerteza em relação à economia brasileira e a alta volatilidade do mercado brasileiro de ações e das ações emitidas pelas companhias brasileiras no exterior. Essas incertezas, alterações e crises políticas poderão afetar adversamente os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e a capacidade da Companhia de gerar caixa.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

II. A instabilidade cambial pode afetar adversamente a Companhia.

Periodicamente, é percebido no Brasil flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas.

A desvalorização do real em relação ao dólar, por exemplo, pode resultar em menor acesso a mercados financeiros estrangeiros e provocar intervenção do governo, inclusive políticas governamentais recessivas. Por outro lado, a valorização do real frente ao dólar, por exemplo, pode levar à deterioração das contas correntes do Brasil e da balança de pagamentos. Qualquer item acima poderia afetar adversamente a Companhia.

III. Aumentos nas taxas de juros podem afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia.

As altas taxas de juros tiveram no passado efeitos negativos sobre a economia brasileira e podem afetar os negócios da Companhia. Apesar da recente queda nas taxas de juros, a taxa básica de juros do Brasil, conforme determinada pelo Banco Central, foi mantida a níveis constantemente elevados nos últimos anos. Os aumentos das taxas de juros podem ter um efeito adverso sobre a Companhia.

IV. A inflação e as medidas governamentais para combatê-la podem contribuir para incertezas econômicas no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre a Companhia.

O Brasil vivenciou altas taxas de inflação no passado. Certas medidas adotadas pelo governo brasileiro para combater a inflação tiveram efeitos negativos sobre a economia brasileira. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação frequentemente incluíram a manutenção de uma rígida política monetária com altas taxas de juros, o que por sua vez restringe a disponibilidade de crédito e reduz o crescimento econômico. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal com o intuito de combatê-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira, e contribuíram de maneira significativa para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro, o que poderá ter um efeito adverso sobre a Companhia.

Caso o Brasil apresente altos índices de inflação no futuro, os custos e despesas da Companhia poderão aumentar, o que poderá reduzir as margens de lucro e lucro líquido da Companhia. Pressões inflacionárias também podem levar a uma maior intervenção do governo brasileiro na economia, inclusive a adoção de políticas que afetam adversamente o desempenho da economia brasileira como um todo, e conseqüentemente, os negócios da Companhia.

V. Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países podem ter um impacto adverso sobre o mercado de valores mobiliários brasileiros, inclusive as Ações.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é influenciado em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países. Embora as condições econômicas possam diferir em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um país pode levar à volatilidade dos mercados de capitais de outros países. A economia brasileira é também afetada por condições de mercado e econômicas internacionais em geral, especialmente os acontecimentos nos Estados Unidos, tais como a atual volatilidade nos mercados financeiros e de capitais e a crise financeira. Os preços das ações negociadas na BM&FBOVESPA, por exemplo, são tradicionalmente sensíveis a flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e ao comportamento das principais bolsas norte-americanas. Esses fatores podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado das Ações e

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

poderá dificultar o acesso ao mercado de valores mobiliários e ao financiamento de suas atividades no futuro, em termos aceitáveis, ou podem impedir que a Companhia receba algum tipo de financiamento.

Além disso, com a variação no valor das ações, os Fundos geridos pela Companhia podem apresentar desempenho abaixo do esperado por alguns investidores, ou até mesmo negativo, ocasionando eventuais pedidos de resgates, diminuindo o montante total de recursos sob gestão da Companhia, e conseqüentemente sua receita. Ainda, com esse desempenho aquém do esperado, a receita proveniente da cobrança de taxa de performance poderá ser reduzida.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Estamos sujeitos a procedimentos administrativos e processos judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e outros, decorrentes do curso normal de nossas atividades.

Processos de natureza cível:

Não existem processos cíveis de relevância ou riscos relevantes para o negócio da Companhia.

Processos de natureza trabalhista:

Não existem processos trabalhistas de relevância ou riscos relevantes para o negócio da Companhia.

Processos de natureza tributária e fiscal:

Atualmente a Companhia figura no pólo passivo dos seguintes procedimentos administrativos:

Processo Administrativo nº 16327.720284/2014-15	
a. Juízo	Secretaria Receita Federal do Brasil
b. Instância	Administrativa
c. Data de Instauração	Auto de infração lavrado em: 10/04/2014
d. Partes do Processo	Pólo Ativo: Receita Federal do Brasil Pólo Passivo: Tarpon Investimentos S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.845.131,62
f. Principais fatos	As exigências fiscais fazem referência a multa regulamentar
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor original atualizado do débito acrescido de multa
i. Valor provisionado	Não há

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo Administrativo nº 16327.720285/2014-60	
a. Juízo	Secretaria Receita Federal do Brasil
b. Instância	Administrativa
c. Data de Instauração	Auto de infração lavrado em: 10/04/2014
d. Partes do Processo	Pólo Ativo: Receita Federal do Brasil
	Pólo Passivo: Tarpon Investimentos S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 9.061.072,88
f. Principais fatos	As exigências fiscais fazem referência a supostos débitos de IRPJ relacionados ao pagamento de participação nos lucros e resultados a determinados empregados da Companhia nos anos calendário de 2009 a 2011.
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor original atualizado do débito acrescido de multa
i. Valor provisionado	Não há

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não possuíam processos judiciais, administrativos ou arbitrais cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou, até onde é do conhecimento da Companhia, dos acionistas da Companhia.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Companhia não possui processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não possuíam processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estivessem sob sigilo e que em conjunto fossem relevantes.

4.7 - Outras contingências relevantes

A Companhia e suas subsidiárias não estão envolvidas em outras contingências relevantes.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Item não aplicável.

A Emissora é uma companhia brasileira e não tem valores mobiliários negociados em outros países que não seja o Brasil.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Em relação aos riscos indicados no item 4.1. a Companhia informa que, com a aprovação da Diretoria, mantém políticas formalizadas de gerenciamento de riscos referentes às seguintes matérias:

- a. **Código de Conduta e Ética:** regras de conduta referentes a conflito de interesses, sigilo, entre outras.
- b. **Procedimentos Operacionais e Compliance:** estabelece procedimentos e políticas relacionados a atividades de gestão de recursos de terceiros, incluindo, dentre outros, políticas de precificação e alocação de ativos dos Fundos; procedimentos de *compliance* referentes a negociação de ativos em mercados organizados em nome dos Fundos; procedimentos de *know-your-client* e prevenção à lavagem de dinheiro.
- c. **Política Anti-corrupção:** estabelece políticas referentes à prevenção e combate à corrupção.

Em relação à estrutura organizacional, o controle é feito internamente por diversas áreas da Companhia, que conta ainda com um comitê de assessoramento específico para monitorar os riscos que envolver o mercado e a Companhia.

Em 9 de março de 2012, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou a adequação do Comitê de Auditoria da Companhia às normativas indicadas na Instrução CVM nº 308 de 14 de maio de 1999, conforme alterada, qualificando o referido comitê como um Comitê de Auditoria Estatutário. Tal comitê, que recebe o nome de Comitê de Auditoria e *Compliance*, tem função consultiva com escopo de assessorar o Conselho de Administração nas atividades de avaliação e controle das auditorias, bem como dos riscos que envolvem o mercado.

Ainda, anualmente, a Companhia desenvolve treinamento destinado a todos os seus colaboradores sobre as políticas citadas acima, bem como as apresenta de forma pormenorizada quando da contratação de novos colaboradores.

Durante o último exercício social, a Companhia não recebeu nenhuma denúncia interna ou externa relativa aos códigos e políticas indicados acima.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

Em relação aos riscos indicados no item 4.2. a Companhia informa que, com a aprovação da Diretoria, mantém políticas formalizadas de gerenciamento de riscos referentes às seguintes matérias:

- a. **Código de Conduta e Ética:** regras de conduta referentes a conflito de interesses, sigilo, entre outras.
- b. **Procedimentos Operacionais e Compliance:** estabelece procedimentos e políticas relacionados a atividades de gestão de recursos de terceiros, incluindo, dentre outros, políticas de precificação e alocação de ativos dos Fundos; procedimentos de *compliance* referentes a negociação de ativos em mercados organizados em nome dos Fundos; procedimentos de *know-your-client* e prevenção à lavagem de dinheiro.
- c. **Política Anti-corrupção:** estabelece políticas referentes à prevenção e combate à corrupção.

Em relação à estrutura organizacional, o controle é feito internamente por diversas áreas da Companhia, que conta ainda com um comitê de assessoramento específico para monitorar os riscos que envolver o mercado e a Companhia.

Em 9 de março de 2012, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou a adequação do Comitê de Auditoria da Companhia às normativas indicadas na Instrução CVM nº 308 de 14 de maio de 1999, conforme alterada, qualificando o referido comitê como um Comitê de Auditoria Estatutário. Tal comitê, que recebe o nome de Comitê de Auditoria e *Compliance*, tem função consultiva com escopo de assessorar o Conselho de Administração nas atividades de avaliação e controle das auditorias, bem como dos riscos que envolvem o mercado.

Ainda, anualmente, a Companhia desenvolve treinamento destinado a todos os seus colaboradores sobre as políticas citadas acima, bem como as apresenta de forma pormenorizada quando da contratação de novos colaboradores.

Durante o último exercício social, a Companhia não recebeu nenhuma denúncia interna ou externa relativa aos códigos e políticas indicados acima.

5.3 - Descrição dos controles internos

Para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, a Companhia conta com um time de especialistas da área financeira para a preparação das demonstrações financeiras; que são validadas por um comitê estatutário de auditoria, que denominamos Comitê de Auditoria e *Compliance*; auditadas por auditor independente nos termos da regulação vigente e por fim aprovadas pelo conselho de administração da companhia. As demonstrações financeiras são submetidas também à apreciação do conselho fiscal, quando este estiver em funcionamento.

Os controles internos são realizados pela área financeira da Companhia, sob a chefia de um gerente financeiro que responde diretamente à diretoria, e sua eficiência é supervisionada pelos órgãos indicados anteriormente.

Nos relatórios circunstanciados, preparados e encaminhados ao emissor, os auditores não identificaram nenhuma deficiência significativa a ser endereçada pela Companhia

5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A emissora é uma companhia holding, sem atividade operacional e, portanto, pouco exposta a riscos relacionados a fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. Sua principal subsidiária, Tarpon Gestora de Recursos S.A., atua na gestão de carteiras e fundos de investimentos.

Apesar das atividades terem baixo risco de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, e o número de colaboradores da Emissora e suas subsidiárias ser bastante reduzido e controlável, a Emissora conta com uma política anticorrupção e com um código de conduta e ética.

Entre os mecanismos e procedimentos de integridade adotados, está a adoção de treinamentos periódicos sobre o tema, a assinatura de termos em relação à conformidade com as políticas e as práticas exigidas, além da existência de um comitê de auditoria e compliance e um canal interno para denúncias.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O responsável pela supervisão da política é o diretor de compliance da Tarpon Gestora de Recursos S.A., que reporta ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria e Compliance da Emissora.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando: • se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

A Emissora conta com código de conduta e ética formalmente aprovado e se aplica a diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados.

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

O treinamento de todos os administradores e colaboradores ocorre obrigatoriamente sempre que são contratados pela Emissora ou suas subsidiárias. Em adição a isso, ao menos anualmente há um treinamento envolvendo todos

5.4 - Programa de Integridade

os administradores e colaboradores com a intenção de atualizar a todos sobre o tema, reforçar entendimentos e tirar dúvidas.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

A Emissora pretende empregar todas as medidas razoáveis para evitar a ocorrência de condutas em violação ao Código e interromper tal conduta, caso eventualmente venha a ser observada, o mais breve possível após sua verificação. Pessoas que violarem o Código ou outras políticas e procedimentos da Emissora, inclusive supervisores que deixem de detectar ou reportar uma infração, poderão estar sujeitos a sanções disciplinares, incluindo a extinção de seu vínculo com a Emissora ou suas subsidiárias.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta e Ética foi originalmente aprovado pelo conselho de administração da Emissora em 20 de janeiro de 2010, e posteriormente atualizado.

O documento pode ser encontrado no website da CVM (www.cvm.gov.br) e também no site da Emissora (www.tarpon.com.br)

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

Sim. Há canal de denúncias interno, através do e-mail compliance@tarpon.com.br

- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados.

O canal está aberto para recebimento de denúncia de terceiros e de empregados. Desde o início das atividades da Emissora até o arquivamento desta versão do Formulário de Referência, a Emissora não recebeu nenhuma denúncia envolvendo desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciadores de boa-fé.

Não há mecanismo de anonimato, dado que a denúncia deve ser feita por email ou pessoalmente ao Departamento De Compliance, mas há política de proteção a denunciadores.

5.4 - Programa de Integridade

- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As denúncias são feitas ao Departamento de Compliance da Emissora.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

Não faz parte da estratégia da Emissora fazer fusões, aquisições ou reestruturações envolvendo a própria Emissora.

No entanto, no âmbito da atividade de gestão de carteiras e fundos de investimento realizada pela subsidiária da Emissora, sempre que há uma operação de fusão, aquisição ou reestruturação envolvendo tais fundos ou as companhias investidas e controladas por tais fundos, um procedimento de diligência é adotado para identificar potenciais riscos.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.5 - Alterações significativas

O fraco desempenho financeiro dos Fundos no curto prazo poderá continuar a impactar negativamente os resultados operacionais da Companhia e aumentar a exposição da Companhia a riscos relacionados a clientes. Tais exposições a riscos poderão ser agravadas caso as condições gerais de mercado continuem a se deteriorar.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações relevantes sobre o gerenciamento de risco e controles internos que já não tenham sido divulgados anteriormente.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	19/07/2002
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade empresária limitada e transformada em sociedade por ações em dezembro de 2003.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	21/05/2009

6.3 - Breve histórico

A Companhia é uma sociedade de participações (holding), que realiza suas operações de gestão de fundos e carteira de investimento e assessoramento financeiro por meio de suas subsidiárias. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia (cuja definição inclui suas subsidiárias, exceto quando o contexto indicar diversamente) possuía aproximadamente R\$ 8,1 bilhões em ativos sob gestão.

Pela prestação de serviços relacionados à gestão de Fundos, a Companhia é remunerada por honorários de serviços referentes a taxas de gestão, com base no volume financeiro dos Fundos, e honorários relacionados com taxas de performance, em função da rentabilidade dos Fundos.

A Companhia oferece flexibilidade de investimento que combina investimentos em companhias abertas e fechadas (*private equity*) no Brasil. Há ainda a possibilidade de realizar investimentos em outros países como Estados Unidos da América, Europa e países da América Latina. Os Fundos investem de forma seletiva, utilizando uma estratégia de investimento baseada nos seguintes princípios fundamentais:

- (i) foco no valor intrínseco de cada companhia na qual os Fundos investem (abordagem bottom-up), independentemente do setor;
- (ii) perspectiva de longo prazo, buscando maximizar o ganho potencial de cada investimento, ao invés de ganhos no curto prazo derivados de negociações (trading) significativas;
- (iii) concentração de investimentos em um pequeno número de sociedades, o que (a) permite à Companhia dedicar tempo e recursos significativos na análise e acompanhamento das sociedades do portfólio, e (b) aumenta a capacidade de interação com os acionistas controladores e administradores e participação, se necessário, na governança das sociedades visando à proteção do investimento da Companhia, de acordo com a legislação aplicável;
- (iv) estratégia de investimento de “contramão”, conforme a qual os Fundos investem em oportunidades subestimadas por outros investidores; e
- (v) disciplina no processo de investimento, com foco no perfil de risco/retorno de cada potencial sociedade investida.

Em junho de 2011, foi constituída a subsidiária da Companhia em Nova Iorque (TISA NY Inc.), cujo propósito é a prestação de serviços de assessoria financeira. Em 28 de março de 2012, a Companhia adquiriu ações da Tarpon All Equities (Cayman) Ltd. Por fim, em 25 de abril de 2012 a companhia constituiu a Tarpon Gestora de Recursos S.A (“Tarpon Gestora”), cujo propósito é atuar como administradora de carteira e gestora de recursos próprios e de terceiros em fundos, carteiras e outros veículos de investimento, no Brasil e no exterior.

Em 30 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a reorganização societária interna pela qual as atividades de administração de recursos de terceiros da Companhia passaram a ser exercidas pela Tarpon Gestora e a Companhia passou a atuar exclusivamente como uma sociedade de participações (*holding*). O objetivo de tal reorganização foi concentrar as atividades de administração de recursos de terceiros em uma única entidade, conciliando as exigências regulatórias das diversas jurisdições em que operam a Companhia e suas subsidiárias, incluindo a TISA NY Inc., subsidiária integral da Companhia nos Estados Unidos da América.

A reorganização foi efetivada por meio da transferência para a Tarpon Gestora de determinados ativos de titularidade da Companhia associados às atividades de administração de recursos de terceiros. Em 20 de agosto de 2012, a Tarpon Gestora obteve da CVM autorização para o exercício da atividade de administração de carteira

6.3 - Breve histórico

de valores mobiliários, sendo que iniciou a prestação de serviços de gestão dos Fundos a partir de 1º de setembro de 2012.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem, do item 6 deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Fundada em 2002, a Companhia (cuja definição inclui suas subsidiárias, exceto quando o contexto indicar diversamente) é uma gestora de recursos próprios e de terceiros, brasileira, independente, dedicada a investimentos em companhias abertas e fechadas (*private equity*) com objetivo de viabilizar, no longo prazo, retornos absolutos superiores à média de mercado. Desde 31 de agosto de 2012, a atividade de gestão de recursos da Companhia passou a ser desempenhada pela subsidiária integral da Companhia, a Tarpon Gestora de Recursos S.A. (“TGR”). A partir deste evento, a Emissora passou a ser uma empresa de participações (holding), realizando suas atividades operacionais por meio de suas subsidiárias.

A Companhia tem como estratégia perseguir oportunidades de investimento normalmente não acompanhadas pelo mercado, cujos preços a Companhia acredita que estejam abaixo de seu valor intrínseco e com potencial significativo de valorização no longo prazo.

A Companhia busca ter um papel ativo em cada uma das companhias investidas, buscando compartilhar conhecimento em áreas como alocação de capital, estratégia empresarial, governança corporativa, entre outras.

O objetivo da Companhia é gerar resultados absolutos descorrelacionados (*alpha*) acima da média de mercado no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía aproximadamente R\$7,2 bilhões em ativos sob gestão.

Pela prestação de seu serviço de gestão de recursos, a Companhia recebe honorários relacionados a taxas de gestão com base no volume financeiro dos Fundos e honorários relacionados a taxas de performance em função da rentabilidade dos Fundos.

Os Fundos sob gestão da Companhia realizam investimentos em companhias abertas e fechadas (*private equity*) no Brasil, havendo a possibilidade de realizar investimentos em outros países, como EUA, Europa e países latino-americanos. Os Fundos investem de forma seletiva, utilizando uma estratégia de investimento baseada nos seguintes princípios fundamentais:

- (i) foco no valor intrínseco de cada companhia na qual os Fundos investem (abordagem bottom-up), independentemente do setor;
- (ii) perspectiva de longo prazo, buscando maximizar o ganho potencial de cada investimento, ao invés de ganhos no curto prazo derivados de negociações (trading) significativas;
- (iii) concentração de investimentos em um pequeno número de sociedades;
- (iv) estratégia de investimento de “contramão”, conforme a qual os Fundos investem em oportunidades subestimadas por outros investidores; e
- (v) disciplina no processo de investimento, com foco no perfil de risco/retorno de cada potencial sociedade investida.

Além da TGR, a Companhia tem como subsidiárias integrais a TISA NY Inc. (“TISA NY”) e o Tarpon All Equities (Cayman), Ltd. (“TAE Cayman”).

A TISA NY foi criada em julho de 2011 e tem sede na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos da América, tendo como propósito a prestação de serviços de assessoria financeira e estreitamento dos relacionamentos com

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

investidores estrangeiros. No final de 2017, esta subsidiária iniciou processo de dissolução em razão do encerramento de suas atividades.

O TAE Cayman, empresa sediada em Cayman, tornou-se uma subsidiária integral da Companhia em março de 2012 e atua como *general partner* (sócio gerente) de determinados fundos de investimentos estrangeiros.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Não aplicável

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia conduz a atividade de investimentos por meio de duas principais estratégias:

Fundos de Portfólio (investimento em bolsa e em *private equity*)

A estratégia de investimento em fundos de portfólio compreende os fundos que investem em companhias abertas cujas ações são listadas e negociadas em bolsa bem como empresas não listadas.

Em 31 de dezembro de 2017, o total de ativos sob gestão dos fundos de portfólio totalizava R\$5.5 bilhões

Em 31 de dezembro de 2016, o total de ativos sob gestão dos fundos de portfólio totalizava R\$5.8 bilhões

Em 31 de dezembro de 2015, o total de ativos sob gestão dos fundos de portfólio totalizava R\$6,8 bilhões

Estratégia e Co-Investimento (investimentos em bolsa e em *private equity*)

A estratégia de co-investimento compreende os vínculos que têm por objetivo investir em oportunidades específicas em conjunto com os demais fundos de portfólio sob gestão da Companhia, tanto nas estratégias de bolsa quanto nas de *private-equity*.

Nessa estratégia, a Companhia busca investidores para oportunidades de co-investimento em empresas onde os fundos de portfólio já têm a exposição que consideramos ideal. Esta estratégia de fundos de investimentos permite à Companhia aumentar a exposição dos Fundos a determinadas empresas.

Em 31 de dezembro de 2016, o total de ativos sob gestão dos fundos de co-investimento totalizava R\$ 1,7 bilhões.

Em 31 de dezembro de 2016, o total de ativos sob gestão dos fundos de co-investimento totalizava R\$ 2,4 bilhões.

Em 31 de dezembro de 2015, o total de ativos sob gestão dos fundos de co-investimento totalizava R\$ 2,8 bilhões.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

As receitas operacionais são compostas por remuneração pelos serviços prestados aos Fundos, referentes a taxas de administração – fluxo de receitas recorrente, calculado com base no montante do patrimônio líquido dos Fundos – e a taxas de performance – fluxo de receitas de maior volatilidade, calculado com base na performance auferida pelos Fundos.

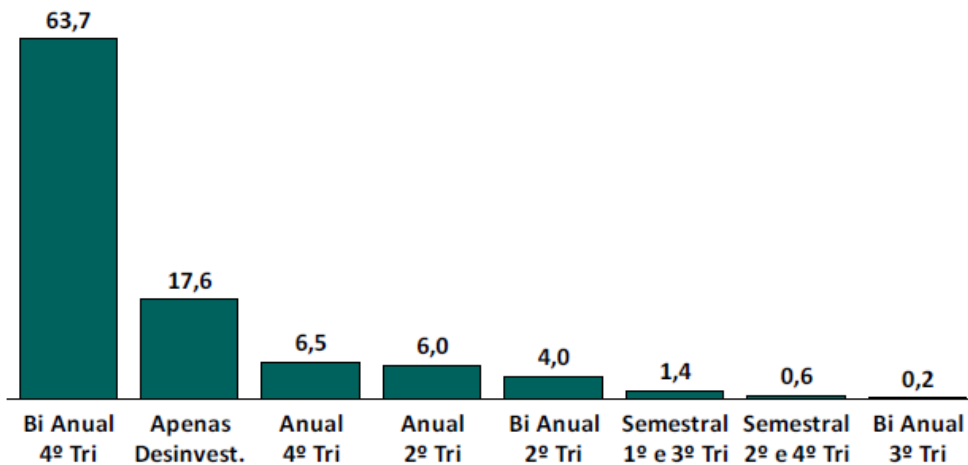
As receitas provenientes de taxa de administração são auferidas em periodicidade mensal, enquanto as receitas provenientes de taxa de performance podem ser auferidas em periodicidade semestral, anual ou bianual, conforme os termos do regulamento do Fundo em questão.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Desse modo, os ativos sob gestão da Companhia passam a ser assim distribuídos por período de cobrança de taxas de performance da seguinte forma:

Distribuição da Cobrança de Performance

(%AuM)



Data base: 31 de dezembro de 2017

Participação dos honorários relacionados taxas de administração e performance na receita líquida	2015	2016	2017
Receita com honorários relacionados a taxas de administração	100%	100%	97,8%
Receita com honorários relacionados a taxas de <i>performance</i>	0%	0%	2,2%

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia realiza apenas um tipo de negócio (prestação de serviços relacionados com a gestão dos Fundos e Carteiras Administradas) e, conseqüentemente, não é apresentada nenhuma divisão secundária do segmento por tipo de negócio.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a) Características do processo de produção

Por ser a principal atividade da Companhia a gestão de recursos próprios e de terceiros por meio de Fundos, a único processo de produção a ser divulgado pela Companhia é a sua forma de analisar e realizar investimentos com seus ativos sob gestão.

O processo a seguir descrito é utilizado tanto para os investimentos feitos em companhias abertas como em companhias fechadas (*private equity*).

O processo de investimento é liderado pela equipe interna da Companhia, frequentemente em conjunto com assessores em questões legais, contábeis e outros assessores externos que forem necessários. O processo, em geral, é composto de quatro principais fases: análise de oportunidades, tese de investimento, aprovação do investimento e monitoramento.

Fase Um – Análise de Oportunidades. Na fase inicial do seu processo de investimento, em geral, a Companhia realiza avaliação de cada oportunidade de investimento, que é focada no valor intrínseco de cada ativo. Após uma empresa ser selecionada, uma análise econômico-financeira preliminar é conduzida.

Fase Dois – Tese de Investimento. A segunda etapa do processo de investimento da Companhia é a preparação de uma tese de investimento. Nessa fase, em geral, a Companhia realiza uma ampla revisão de seu mercado e setor, uma análise de suas vantagens competitivas, uma avaliação de sua atual administração juntamente com potenciais fontes de nova liderança, uma revisão das demonstrações financeiras, uma revisão técnica das atividades da empresa, quando apropriado. Para os investimentos de *private equity* dos Fundos, a Companhia também realiza auditoria.

Fase Três – Aprovação do Investimento. A etapa final do processo de investimento da Companhia é a aprovação do investimento, onde a equipe que elaborou a tese de investimento a apresenta para o seu comitê de investimento. Toda a equipe de gestão da Companhia participa da apresentação e do debate que o analista promove quando os novos investimentos são propostos.

Fase Quatro – Monitoramento. Uma vez realizado o investimento a Companhia passa a acompanhar os investimentos.

b) Características do processo de distribuição

A Companhia busca atrair e reter uma base sofisticada de investidores, alinhados com sua filosofia de investimentos e com perfil de investimento de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2017, a base de investidores institucionais, como fundos de universidades (*endowments*), fundações, fundos de pensão e fundos soberanos, correspondia a 77% do nosso AuM. O capital investido de por executivos e empregados da Companhia representava 11% do nosso AuM.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

c) Características do mercado de atuação

(i) Participação no mercado de atuação

O setor de gestão de recursos no Brasil é altamente pulverizado. A Companhia concorre com um grande número de instituições financeiras e gestoras de investimentos.

(ii) Competição no mercado de gestão de recursos

A Companhia concorre com um grande número de instituições financeiras e gestoras de investimentos que, em alguns casos, têm valores muito maiores de ativos sob gestão ou oferecem uma variedade mais diversificada de produtos financeiros. Em alguns casos, a Companhia espera buscar oportunidades de investimento em cooperação com um ou mais de seus concorrentes.

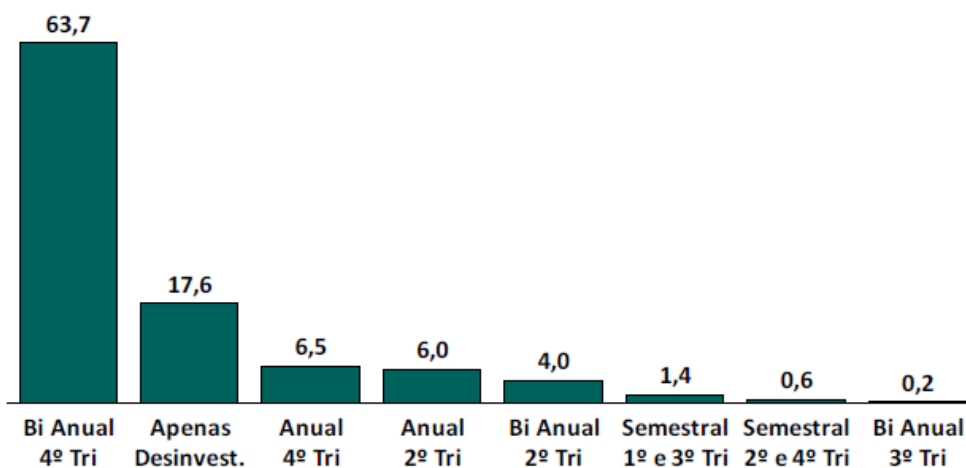
d) Sazonalidade

As receitas provenientes de taxa de administração são auferidas em periodicidade mensal ou trimestral, enquanto as receitas provenientes de taxa de performance podem ser auferidas em periodicidade semestral, anual ou bianual, conforme os termos do regulamento do Fundo em questão.

Com base em 31 de dezembro de 2017, os ativos sob gestão da Companhia são distribuídos por período de cobrança de taxas de performance da seguinte forma:

Distribuição da Cobrança de Performance

(% AuM)



e) Principais insumos e matérias primas

Não aplicável. A atividade de gestão de recursos feita pela Companhia não necessita de insumos e matérias primas específicas.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

No exercício social de 2017, a Companhia contou com dois clientes responsáveis por montante superior a 10% de sua receita no respectivo exercício.

Um deles pagou à Companhia R\$6.730.138,20, equivalente a 14,29% da receita líquida da Companhia; e outro pagou R\$10.747.819,60, equivalente a 22,83% da receita líquida da Companhia.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a) Necessidade de autorização governamental para o exercício das atividades da Companhia e relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

O setor de gestão de recursos é altamente regulamentado no Brasil. A Companhia é registrada perante a CVM como prestadora de serviços de administração de carteiras.

O mercado de gestão de recursos também é, assim como o de fundos de investimento, auto-regulado pela ANBIMA, que determina regras adicionais e políticas que devem ser observadas por seus membros, especialmente em relação às atividades de marketing.

b) Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Em razão das atividades desenvolvidas pela Companhia, esta não apresenta política ambiental, tampouco incorreu em custos relacionados ao cumprimento da regulação ambiental.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia depositou perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial o pedido de registro das marcas “Tarpon Investimentos”, “TISA”, “Tarpon All Equities” “Tarpon Capital”, “Tarpon Asset Management” e “Tarpon Internet”. A Companhia também solicitou o registro de certos domínios, tais como “tarponinvestimentos.com.br”, “tarponinvest.com.br”, “tisa.com.br”, “tarponinvestimentos.com”, dentre outros.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a) Receita proveniente dos clientes atribuída ao país de sede da Companhia e sua participação na receita líquida

Em 2015, as receitas auferidas pela Companhia foram atribuídas ao Brasil no montante de R\$ 63.489.559,73, representando 82,5% da receita líquida da Companhia.

Em 2016, as receitas auferidas pela Companhia foram atribuídas ao Brasil no montante de R\$ 49.858.978,52, representando 90,6% da receita líquida da Companhia.

Em 2017, as receitas auferidas pela Companhia foram atribuídas ao Brasil no montante de R\$ 47.084.972,00, representando 100% da receita líquida da Companhia.

b) Receita proveniente dos clientes atribuída a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida

Em 2015, as receitas auferidas pela Companhia que foram atribuídas aos Estados Unidos da América, país que sedia a subsidiária TISA NY, Inc., somaram R\$13.432.318,60, representando 17,5% da receita líquida da Companhia.

Em 2016, as receitas auferidas pela Companhia que foram atribuídas aos Estados Unidos da América, país que sedia a subsidiária TISA NY, Inc., somaram R\$6.392.945,84, representando 11,6% da receita líquida da Companhia.

Em 2017, a Companhia não auferiu receitas em país estrangeiro.

c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida

Em 2015, a receita total proveniente de países estrangeiros foi de R\$65.930.672,95, representando 85,7% da receita líquida da Companhia.

Em 2016, a receita total proveniente de países estrangeiros foi de R\$ 49.944.421,49, representando 90,8% da receita líquida da Companhia.

Em 2017, a receita total proveniente de países estrangeiros foi de R\$ 42.700.600,69, representando 90,7% da receita líquida da Companhia.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia reporta à *Securities and Exchange Commission* (SEC), agência regulatória do mercado de valores mobiliários norte americano, como *exempt reporting advisor*. Tal regulação não gera efeitos relevantes sobre os negócios da Companhia.

7.8 - Políticas socioambientais

A Companhia não contém relações de longo prazo relevantes além das descritas em outras partes deste Formulário de Referência.

A Companhia não publica o Relatório de Sustentabilidade em razão de entender que as práticas adotadas pela Companhia nesse sentido não podem ser caracterizadas como relações de longo prazo relevantes.

7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 7 deste Formulário de Referência.

8.1 - Negócios extraordinários

Nos últimos três exercícios sociais não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Nos últimos três exercícios sociais não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Nos últimos três exercícios sociais não foram celebrados contratos relevantes entre o emissor e suas controladas que não foram diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 8 deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

A Companhia não possui valores significativos em seu ativo não circulante relacionados a imobilizado. Os saldos relacionados a imobilizado são compostos principalmente por computadores e ativos relacionados à tecnologia de informação, que servem como suporte ao desenvolvimento das atividades cotidianas da Companhia.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui valores significativos em seu ativo não circulante relacionado a imobilizado. Os saldos relacionados a imobilizado são compostos principalmente por computadores e ativos relacionados à tecnologia de informação, que servem como suporte ao desenvolvimento das atividades cotidianas da Companhia.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia registrada em seu ativo.

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 9 deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1. Comentários dos Diretores sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais;

A receitas operacionais da Companhia alcançaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 R\$ 12,3 milhões, uma queda de 14,4% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, justificada pela queda nos ativos sob gestão dos fundos geridos pela Companhia.

As despesas operacionais, compostas pelas despesas de pessoal, que alcançaram R\$ 23,5 milhões no período e despesas administrativas que alcançaram R\$ 9,5 milhões no período. Somadas, essas despesas apresentaram uma queda de 21% quando comparado do o mesmo período do ano anterior.

Atingimos assim, R\$ 9,4 milhões de lucro no exercício, 49,2% maior que o lucro do ano anterior.

Os ativos sob gestão nos Fundos Tarpon totalizaram R\$ 7,2 bilhões em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$5,5 bilhões em fundos de portfólio e R\$ 1,7 bilhões em fundos de co-investimento. Somados, o ativo sob gestão apresentou uma queda de 8,1% quando comparado com o trimestre anterior e uma queda de 11,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

b) estrutura de capital

O capital social da Companhia é composto exclusivamente por ações ordinárias. Nos últimos três exercícios sociais (2015, 2016 e 2017), a Companhia não possuía qualquer endividamento em aberto.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos;

Considerando o fluxo de caixa e posição de liquidez da Companhia em 31 de dezembro de 2017, a Companhia acredita que tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas e outros compromissos financeiros assumidos pela Companhia.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas;

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As principais exigências de caixa da Companhia compreendem: (a) pagamento dos custos operacionais, incluindo remuneração; e (b) pagamento de dividendos aos acionistas. As principais fontes de liquidez compreendem as receitas relacionadas com os serviços de gestão de carteiras e fundos de investimentos (“Fundos Tarpon”).

A Companhia tem como principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não-circulantes a sua própria geração de caixa operacional através de suas subsidiárias e suas posições acumuladas de caixa.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii) grau de subordinação entre as dívidas; iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário;

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados; e

Nos últimos três exercícios sociais (2015, 2016 e 2017), a Companhia não possuía qualquer endividamento em aberto.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Ativo

Ativo não circulante:

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo não circulante totalizou R\$ 1.348 mil representando um aumento de 116% quando comparado com o ano anterior. Tal variação é justificada, principalmente pela reclassificação de impostos a recuperar para o longo prazo devido a expectativa de realização. Em 31 de dezembro de 2016, o ativo não circulante totalizou R\$ 625 mil representando uma queda de 43% quando comparado com o ano anterior. Tal variação é justificada pela depreciação e amortização dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, o ativo não circulante totalizou R\$1,1 milhão representando uma queda de 13% quando

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

comparado com o ano anterior. Tal variação é justificada pela depreciação dos ativos imobilizados da Companhia durante este período.

Contas a receber:

Em 31 de dezembro de 2017, o contas a receber da Companhia totalizou R\$ 658 mil, um aumento de 67% quando comparado com o mesmo período de 2016. Tal aumento é justificado pelos valores a receber de alguns fundos referente a taxa de administração. Em 31 de dezembro de 2016, o contas a receber da Companhia totalizou R\$ 395 mil, uma redução de 47% quando comparado com o mesmo período de 2015. Tal redução é justificada pela liquidação da taxa de administração a receber dos fundos e pela redução do ativo sob gestão dos fundos geridos pela Companhia em dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2015, o contas a receber da Companhia totalizou R\$ 739 mil, uma redução de 41% quando comparado com o mesmo período de 2014. Tal redução é justificada pelo fato dos Fundos Tarpon terem liquidado as faturas emitidas pela Companhia antes do período de encerramento do exercício.

Ativos financeiros: Em 31 de dezembro de 2017, os ativos financeiros totalizaram R\$ 25,8 milhões, representando um aumento de 36% quando comparado ao mesmo período de 2016 decorrente principalmente por aplicação de recursos oriundos de economias nas despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2016, os ativos financeiros totalizaram R\$ 18,9 milhões, representando uma redução de 18% quando comparado ao mesmo período de 2015. Tal variação é respondida pelo resgate de aplicações para pagamentos e pela redução das aplicações, decorrentes da redução de receita operacional da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, os ativos financeiros totalizaram R\$ 23 milhões, apresentando um crescimento de 49% quando comparamos com o mesmo período do ano anterior. Tal variação é oriunda de aplicações realizadas em operações compromissadas pela Companhia.

Disponibilidades: Em 31 de dezembro de 2017, as disponibilidades totalizaram R\$ 28,2 milhões, um aumento de 10% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Este aumento de caixa é oriundo dos recursos disponíveis na subsidiária TISA NY Inc.. Em 31 de dezembro de 2016, as disponibilidades totalizaram R\$ 25,7 milhões, uma redução de 26% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Esta redução deve-se a utilização do caixa e desvalorização do dólar norte-americano, moeda utilizada na subsidiária TISA NY Inc. Em 31 de dezembro de 2015, as disponibilidades totalizaram R\$ 35,7 milhões, um aumento de 8% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Tal aumento é decorrente, principalmente, da variação cambial sobre o caixa disponível na subsidiária TISA NY Inc..

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outros ativos: Em 31 de dezembro de 2017, a conta de outros ativos totalizou R\$ 8,1 milhões, uma redução de 7% quando comparado ao mesmo período de 2016. Essa redução é justificada pela liquidação de valores a receber dos Fundos Tarpon. Em 31 de dezembro de 2016, a conta de outros ativos totalizou R\$ 8,7 milhões, um aumento de 46% quando comparado ao mesmo período de 2015. Este aumento é decorrente da apresentação segregada do depósito judicial e da provisão de contingências fiscais relacionadas ao processo cujo o objeto é o não recolhimento de ISS sobre exportação de serviços. Em 31 de dezembro de 2015, a conta de outros ativos totalizou R\$ 6,0 milhões, um aumento de 89% quando comparado com o período anterior. Esta variação é justificada principalmente, pelas despesas pagas pela Tarpon Gestora de Recursos S.A., a serem ressarcidos pelos Fundos Tarpon e pelo pagamento antecipado de impostos federais.

Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo não circulante. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou um passivo não circulante de R\$ 295 mil, um aumento de 58% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Esse aumento é decorrente da atualização de depósito judicial referente a recolhimento de ISS sobre exportação de serviços. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou um passivo não circulante de R\$ 187 mil, decorrente de passivo fiscal diferido sobre atualização de depósito judicial referente a recolhimento de ISS sobre exportação de serviços. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não apresentava nenhum saldo no passivo não circulante. Isso se deve ao fato da Companhia não mais possuir parcelas ou obrigações a pagar no prazo superior a um ano.

Obrigações tributárias. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de obrigações tributárias era de R\$ 6,3 milhões, apresentando um aumento de 11% quando comparado ao mesmo período de 2016. Esta variação é justificada pela atualização da contingência fiscal relacionada ao processo que discuti a incidência de ISS sobre exportação de serviços. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de obrigações tributárias era de R\$ 5,6 milhões, apresentando um aumento de 97% quando comparado ao mesmo período de 2015. Este aumento é decorrente da apresentação segregada do depósito judicial e da provisão de contingências fiscais relacionadas ao processo cujo o objeto é o não recolhimento de ISS sobre exportação de serviços. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de obrigações tributárias era de R\$ 2,8 milhões, apresentando uma redução de 83% quando comparado com o período anterior. Tal variação é decorrente da mudança de regime de apuração de impostos utilizado em 2015 (lucro presumido) por sua subsidiária integral, Tarpon Gestora de Recursos S.A.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outras obrigações. Em 31 de dezembro de 2017, a conta de outras obrigações totalizou R\$ 2,1 milhões, um aumento de 37% quando comparado ao exercício anterior. Esta variação é decorrente de valores a pagar à funcionários a título de remuneração variável. Em 31 de dezembro de 2016, a conta de outras obrigações totalizou R\$ 1,6 milhões, uma queda de 16% quando comparado ao exercício anterior. Esta variação é justificada pela diminuição no quadro de funcionários da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, a conta totalizou R\$ 2,0 milhões, um crescimento de 13%, ocasionado pelo aumento das obrigações trabalhistas no exercício.

Capital social. Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia era de R\$ 7 milhões, mesmo valor que apresentado no mesmo período do ano anterior. Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Companhia era de R\$ 7 milhões, um aumento de 1% quando comparado ao exercício anterior. Os aumentos de capital social¹ foram decorrentes do exercício de opção de compra de ações da Companhia no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia, aprovado em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado (“Plano”) Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Companhia era de R\$7 milhões, um aumento de 0,4% quando comparado ao ano anterior. Os aumentos de capital social² foram decorrentes do exercício de opção de compra de ações da Companhia no âmbito do Plano.

Reserva de capital. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da conta de reservas de capital totalizou R\$ 3,2 milhões, um aumento de 64% quando comparada ao exercício anterior. Tal variação é decorrente da transferência de R\$ 1,2 milhão advindos da reserva de lucro, baseada em orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de março de 2017. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da conta de reservas de capital totalizou R\$ 2,0 milhões, uma redução de 87% quando comparado ao exercício anterior. Tal redução foi decorrente da utilização da reserva para recompra de ações de emissão da própria Companhia ao longo do primeiro semestre de 2016 e, conseqüentemente pelo cancelamento das ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da conta de reserva de capital totalizou R\$ 986 mil, uma redução de 83% quando comparado ao ano anterior. Essa variação foi decorrente, principalmente da utilização de tal reserva para o cancelamento de ações mantidas em tesouraria.

Lucros acumulados. A Companhia não tinha lucros acumulados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015. Os respectivos lucros foram destinados à constituição de reservas e distribuição de dividendos.

¹ Aumentos de capital social aprovados nas Reuniões de Conselho de Administração de 7 de março de 2016

² Aumentos de capital social aprovados nas Reuniões de Conselho de Administração de 4 de março de 2015 e 9 de novembro de 2015.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Participação minoritária. Nos últimos três exercícios sociais (2017, 2016 e 2015), a Companhia não detinha qualquer participação minoritária em sociedades operacionais.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Comentários dos Diretores sobre:

a) resultado das operações da Companhia, em especial: i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais;

Abaixo os comentários dos principais fatores que afetaram os resultados da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

Receitas. Em 31 de dezembro de 2017, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$ 47,0 milhões, uma redução de 14% quando comparado com o exercício social anterior. Tal redução é justificada pelo desempenho negativo e resgates realizados nos fundos, acarretando na redução das taxas de administração no período. Em 31 de dezembro de 2016, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$ 55,0 milhões, uma redução de 27% quando comparado com o exercício social anterior. Tal redução é justificada pelo desempenho negativo dos fundos, acarretando na redução das taxas de administração no período. Em 31 de dezembro de 2015, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$ 75,2 milhões um aumento de 3,1% quando comparado com o exercício social anterior. Esta variação se deve ao desempenho positivo dos fundos de investimentos geridos pela Companhia, que acarretou no aumento do volume de taxas de administração no período.

Despesas de pessoal. Em 31 de dezembro de 2017, as despesas de pessoal totalizaram 23,4 milhões, representando uma redução de 20% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. Essa redução é justificada pela diminuição no quadro de funcionários da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, as despesas de pessoal totalizaram 29,2 milhões, representando uma redução de 2% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. Essa redução é justificada pela diminuição no quadro de funcionários da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, as despesas de pessoal totalizaram R\$ 29,8 milhões, representando aumento de 5% quando comparado ao mesmo exercício do ano anterior. Tal variação é decorrente do pagamento de remuneração variável do período e dissídio sobre a folha.

Despesas administrativas. Em 31 de dezembro de 2017, as despesas administrativas totalizaram R\$ 7,5 milhões, uma redução de 30% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. Essa redução foi justificada pela diminuição de custos administrativos e busca por eficiência operacional. Em 31 de dezembro de 2016, as despesas administrativas totalizaram R\$ 10,7 milhões, uma redução de 3% quando comparado ao mesmo período

10.2 - Resultado operacional e financeiro

do exercício anterior. Essa redução foi justificada pela diminuição de custos administrativos e busca por eficiência operacional. Em 31 de dezembro de 2015, as despesas administrativas totalizaram R\$ 11 milhões. Quando comparado com o resultado apresentado ao final do exercício social anterior, verifica-se uma redução de 6,7%, em função de economia com consultorias e serviços prestados por terceiros.

Outras despesas/receitas. Em 31 de dezembro de 2017, as outras despesas/receitas apresentaram o total de R\$ 1,0 milhões negativo, representando um aumento de despesa de 4,0% em relação ao exercício social anterior, justificada, principalmente, por baixas no ativo fixo do escritório de TISA NY Inc. Em 31 de dezembro de 2016, as outras despesas/receitas apresentaram o total de R\$ 26 mil, representando uma redução de 105% em relação ao exercício social anterior, justificada pelo recebimento de despesas reembolsadas pelos Fundos Tarpon e pela diminuição das despesas com impostos da subsidiária integral TISA NY Inc. Em 31 de dezembro de 2015, o grupo outras despesas/receitas registrou um saldo de R\$ 511 mil, montante de despesas relacionadas a tributos municipais, tarifas bancárias e taxas de custódia.

Lucros (prejuízos) financeiros, líquidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado dos ativos financeiros totalizou R\$ 1,4 milhões, decorrente de aplicações financeiras oriundos de recursos disponíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2016, o prejuízo líquido de ativos financeiros mensurados ao valor justo totalizou R\$ 2,0 milhões, justificado pelo prejuízo apurado em operação de derivativo referenciado em ações de própria emissão da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, o prejuízo financeiro líquido totalizou R\$3,6 milhões, prejuízo justificado pelo resultado negativo das operações com instrumentos financeiros e derivativo referenciado em ações de própria emissão da Companhia.

Resultado das atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado das atividades operacionais da Companhia totalizou R\$ 15,6 milhões, representando um aumento de 38% quando comparado ao exercício social anterior. A variação é justificada principalmente pela redução nas despesas de pessoal e despesas administrativas. Em 31 de dezembro de 2016, o resultado das atividades operacionais da Companhia totalizou R\$ 11,2 milhões, representando uma redução de 58% quando comparado ao exercício social anterior. A variação é justificada principalmente pelo desempenho negativo dos Fundos Tarpon e conseqüentemente, no menor recolhimento de taxas de administração pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, o resultado das atividades operacionais da Companhia totalizou R\$ 27,0 milhões, apresentando um aumento de 2,1% quando comparado com o exercício social anterior. Tal variação deu-se em razão do melhor desempenho dos Fundos Tarpon em relação ao mesmo

10.2 - Resultado operacional e financeiro

período findo em 2014, que resultou no aumento de receitas relacionadas às taxas de administração, e à economia de custos administrativos.

Despesas de impostos sobre o lucro. Em 31 de dezembro de 2017, a despesa de impostos sobre o lucro totalizou R\$ 6,1 milhões, apresentando um aumento de 25% quando comparado ao exercício social anterior. Essa variação é justificada pelos impostos sobre aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2016, a despesa de impostos sobre o lucro totalizou R\$ 4,9 milhões, apresentando uma redução de 37% quando comparado ao exercício social anterior. Essa variação é justificada pela redução na receita operacional bruta e pelo prejuízo fiscal apurado na subsidiária integral da Companhia localizada em Nova York. Em 31 de dezembro de 2015, a despesa de impostos sobre o lucro totalizou R\$ 7,8 milhões, uma redução de 38% quando comparado ao mesmo período de 2014. Tal redução foi ocasionada pela compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social relacionada ao imposto pago pela subsidiária TISA NY Inc..

Lucro líquido. Em 31 de dezembro de 2017, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$ 9,4 milhões, um aumento de 49% quando comparado com o exercício social anterior. Em 31 de dezembro de 2016, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$ 6,3 milhões, uma queda de 67% quando comparado com o exercício social anterior. Em 31 de dezembro de 2015, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$ 19 milhões, um aumento de 39% quando comparado com o ano anterior.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços; e

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Ativos sob gestão. Nos últimos três exercícios sociais (2017, 2016 e 2015), as variações de receitas da Companhia são atribuíveis às variações dos montantes e desempenho dos recursos sob gestão da Companhia por meio dos Fundos Tarpon.

As taxas de administração são geradas de acordo com um percentual fixo ou variável sobre o valor do patrimônio líquido dos Fundos Tarpon, e reconhecidas na medida da prestação dos respectivos serviços.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

As taxas de performance são geradas quando os Fundos Tarpon atingem determinado desempenho, conforme definido nos regulamentos dos mesmos. As taxas de performance são calculadas em periodicidades diferentes, conforme cada contrato.

Câmbio. A maioria dos ativos sob gestão dos Fundos Tarpon está localizada ou possui exposição significativa ao Brasil, sendo compostos por valores mobiliários de companhias brasileiras e em instrumentos de dívida de emissores brasileiros (principalmente o Governo Federal), os quais são cotados em reais. Para alguns dos fundos estrangeiros, tanto os ativos sob gestão, bem como o desempenho / performance, são determinados em dólares, e convertidos com base na taxa de câmbio entre o dólar norte americano e o real em datas específicas. Dessa forma, sendo todos os demais itens iguais, a depreciação do real em relação ao dólar reduzirá o valor em dólares dos ativos sob gestão e os retornos em dólares dos fundos estrangeiros.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar das demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nas atividades durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 não houve constituição, aquisição ou alienação de participação relevante pela Companhia.

c) eventos ou operações não usuais.

Não ocorreram durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4. Comentários dos Diretores sobre:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis;

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis; e

Durante os três últimos exercícios sociais (2015, 2016 e 2017), as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS emitidas pelo International Standards Board-IASB.

Durante os três últimos exercícios sociais (2015, 2016 e 2017), não houve diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e individual apresentados. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais foram e são apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

Nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios de 2015, 2016 e 2017, não houve ressalva ou ênfase.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros).

As demonstrações financeiras individuais da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que exige a utilização de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos e passivos, bem como a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores reportados das receitas e despesas durante os períodos considerados.

O julgamento da administração da Companhia é particularmente relevante na determinação dos valores justos dos ativos financeiros e na avaliação acerca da necessidade de constituição de provisões para os passivos contingentes. Embora a administração da Companhia acredite que seus julgamentos e estimativas foram baseados em premissas razoáveis e com base nas informações disponíveis, tais julgamentos e estimativas estão sujeitos a diversos riscos e incertezas e os resultados reais da Companhia podem diferir de tais julgamentos e estimativas.

Apresentamos a seguir um resumo das políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia. Para maiores informações, recomendamos a leitura das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

a.Receitas

As receitas são compostas de remuneração pelos serviços de gestão de carteira dos Fundos Tarpon, referentes a taxas de administração e taxas de performance. As taxas de administração são apuradas com base em percentual

10.5 - Políticas contábeis críticas

sobre o valor do patrimônio líquido dos fundos e reconhecidas conforme a prestação dos respectivos serviços. As taxas de performance são geradas quando o desempenho dos Fundos Tarpon supera um determinado parâmetro ou taxa mínima de rentabilidade (*hurdle rate*), conforme definido nos respectivos regulamentos, e são reconhecidas no momento em que houver a certeza do seu valor e recebimento.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado são destinados à negociação e são representados por aplicações da Companhia em operações compromissadas. Os juros, os ganhos e as perdas decorrentes do ajuste a valor justo foram reconhecidos nas demonstrações de resultados na rubrica “Resultado com ativos financeiros”. O valor justo desses ativos é determinado com base no valor ajustado pela taxa de depósito interbancário - DI informado pelo Banco emissor da operação compromissada, respectivamente, ao final de cada mês.

Instrumentos financeiros derivativos

Os ativos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, incluindo a consideração sobre risco de crédito, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

d. Redução ao valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos da Companhia são revisados a cada data de balanço para determinar se há sinal de perda ao valor de recuperação (*impairment*). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo. Reconhece-se a perda no valor de recuperação (*impairment*), caso o valor contábil do ativo seja superior ao seu valor recuperável.

10.5 - Políticas contábeis críticas

e. Investimentos em controladas e subsidiária no exterior

Os investimentos em controladas e em subsidiária no exterior são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras Individuais.

f. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, que consideram o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens e os respectivos valores residuais. As taxas anuais de depreciação são: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos (10%), instalações (10%), sistemas de processamento de dados (20%), sistemas de comunicação e segurança (20%) e licenças de software (25%). As benfeitorias em imóvel de terceiro são amortizadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel (cinco anos), a uma taxa anual de 20%.

g. Ativo Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos da amortização. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

h. Depósitos judiciais

Estão representados por depósitos judiciais efetuados pela Companhia para interposição de recursos e discussão da incidência de Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre receitas provenientes do exterior.

Quando aplicável, nas demonstrações financeiras, esses depósitos são apresentados com a redução das respectivas provisões para riscos fiscais.

i. Benefícios de curto prazo aos empregados e administradores

Os empregados e administradores fazem jus a remuneração fixa, variável e participação no plano de participação nos lucros e resultados da Companhia, conforme aplicável. Reconhece-se a provisão do valor estimado a pagar a título de participação nos lucros ou remuneração variável quando a Companhia atender as condições de obrigação legal (condições estabelecidas no plano) ou constituída, conforme aplicável, de pagar o referido valor e quando houver a possibilidade de estimativa confiável da obrigação.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os empregados e administradores não fazem jus a qualquer tipo de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

j. Passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, da seguinte forma:

Provisões para riscos – os processos são avaliados por assessores jurídicos e pela administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas.

Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

k. Plano de opções de compra de ações

Os efeitos do plano de opções de compra de ações são calculados com base no valor justo na data da outorga das opções e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados em base pro-rata, pelo período de carência (*vesting*) de cada concessão.

l. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia utilizou como regime tributário o Lucro Real. Dessa forma, a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que superar a R\$ 240 mil ao ano, ou, R\$ 20 mil por mês. A provisão para contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 9%. Para o exercício de 2017, a Tarpon Gestora de Recursos S.A., adotou o regime tributário pelo Lucro Presumido, mesmo regime adotado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Para as empresas com regime de tributação do lucro presumido, utiliza-se a alíquota de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços adicionando as receitas financeiras e ganhos de capital para a

10.5 - Políticas contábeis críticas

formação da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social e aplica-se as alíquotas 25% de imposto de renda e 9% de contribuição social.

As alíquotas de PIS e COFINS sob regime cumulativo, são de 0,65% e 3,00% respectivamente, para o cálculo dos tributos na Tarpon Gestora de Recursos S.A., incidentes apenas sobre as receitas de taxa de administração e performance oriundas da gestão dos fundos nacionais. Para o regime de tributação não cumulativo, aplicável à Companhia, as alíquotas de PIS e COFINS são respectivamente de 1,65% e 7,60% deduzidas as despesas creditáveis, adicionado do cálculo de 0,65% e 4,00% sobre as receitas financeiras.

A alíquota de ISS incidente sobre as receitas de gestão de carteira, incluindo a gestão de fundos nacionais e estrangeiros, é de 2%. Os valores devidos a título de PIS, COFINS e ISS são contabilizados como despesas de impostos sobre faturamento.

O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, são decorrentes da atualização dos depósitos judiciais de ISS sobre as receitas auferidas com fundos estrangeiros.

m.Outros ativos e passivos

Os outros ativos foram demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base “pro-rata” dia) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária. Os outros passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base “pro-rata” dia) incorridos.

n.Recebíveis

Os recebíveis são registrados pelos valores de realização, incluindo provisão para perdas, quando aplicável.

o.Divulgações financeiras por segmento

Um segmento é um componente da Companhia que se dedica a fornecer produtos ou prestar serviços (segmento de negócios), ou a fornecer produtos ou prestar serviços em um ambiente econômico particular (segmento geográfico), que está sujeito a riscos e recompensas diferentes daqueles de outros segmentos.

A Companhia, por meio de suas subsidiárias, realiza apenas um tipo de negócio (prestação de serviços relacionados com a gestão de carteiras) nos diversos mercados em que atua e, conseqüentemente, não é apresentada nenhuma divisão secundária do segmento por tipo de negócio nem por segmento geográfico.

10.5 - Políticas contábeis críticas

p.Resultado abrangente

Resultante da variação cambial da consolidação das subsidiárias no exterior.

q.Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

r.Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado por meio do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelo potencial exercício das opções de compra das ações, com efeito diluidor no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.6. Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos; e

Nos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015, não havia qualquer ativo ou passivo que não estivesse refletido nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Nos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015, não havia outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não aplicável, pois não havia itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

b) natureza e o propósito da operação; e

Não aplicável, pois não havia itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável, pois não havia itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

10.8 - Plano de Negócios

10.8. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há investimentos relevantes em andamento e/ou previstos pela Companhia.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Atualmente, a Companhia não pretende adquirir plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A Companhia pretende lançar e constituir fundos de investimento e/ou carteiras administradas para realizar investimentos em novas oportunidades na estratégia de empresariamento, bem como alocações adicionais em empresas investidas. Caso concluídos os lançamentos de tais fundos e carteiras, os custos de constituição e desenvolvimento são geralmente arcados pelos próprios cotistas.

Além disso, recentemente, a Companhia reabriu fundos voltados para a estratégia de gestão de portfólio dedicado exclusivamente em companhias abertas, com perfil de investimento passivo, sem participação na administração das empresas do portfólio.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

A Companhia acredita que não existam outros fatores que influenciariam de maneira relevante o seu desempenho operacional e que não tenham sido discutidos nesta seção.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não divulga projeções e estimativas por ser uma ação facultativa nos termos do art. 20 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

A Companhia não divulga projeções e estimativas por ser uma ação facultativa nos termos do art. 20 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a) Atribuições de cada órgão e comitê

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela diretoria, sendo que a sua composição e funcionamento são regulados pelo Estatuto Social da Companhia, pela Lei das S.A. e pela regulamentação aplicável.

Compete ao **Conselho de Administração**, além de outras competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pelo Estatuto Social:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, incluindo a aprovação e alteração do orçamento anual e a determinação das metas e estratégias de negócios para o período subsequente;
- (ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as competências, observado o quanto disposto neste Estatuto Social;
- (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia, bem como solicitar informações acerca de contratos celebrados ou em via de celebração pela Companhia ou acerca de quaisquer outros atos envolvendo a Companhia;
- (iv) fixar a remuneração individual dos Administradores, observado o montante global aprovado pela Assembleia Geral e a recomendação não vinculante do Comitê de Remuneração da Companhia;
- (v) aprovar os regimentos internos dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração e respectivas alterações;
- (vi) apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social e deliberar acerca da sua submissão à Assembleia Geral;
- (vii) apresentar à Assembleia Geral proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- (viii) submeter à Assembleia Geral proposta de reforma deste Estatuto Social;
- (ix) manifestar-se previamente acerca de qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;
- (x) deliberar acerca da convocação da Assembleia Geral Ordinária, observado o quanto disposto no artigo 132 da Lei das S.A., e da Assembleia Geral Extraordinária, quando julgar conveniente;
- (xi) decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;
- (xii) aprovar seu próprio orçamento de despesas, que deverá ser incluído no orçamento anual da Companhia a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral;
- (xiii) autorizar previamente a celebração de contratos de qualquer natureza, inclusive transações e renúncias a direitos, que resultem em assunção de responsabilidade para a Companhia e suas subsidiárias em valor igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), considerados individual ou conjuntamente no período de 1 (um) ano, e que não estejam previstos no orçamento anual;
- (xiv) aprovar previamente qualquer empréstimo, financiamento, emissão ou cancelamento de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real da Companhia e suas subsidiárias;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (xv) deliberar a respeito da assunção, garantia, endosso ou responsabilização (diretamente, sob condição ou por outro modo) de quaisquer obrigações de terceiros que envolvam a Companhia ou suas subsidiárias que, isoladamente ou em conjunto, no período de 1 (um) ano, superem o montante de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (xvi) autorizar previamente a aquisição, alienação ou constituição de ônus reais ou gravames de qualquer natureza sobre bens do ativo permanente da Companhia ou suas subsidiárias em operações que envolvam montante igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), devendo ser consideradas as operações concluídas individual ou conjuntamente no período de 1 (um) ano, e que não estejam previstas no orçamento anual;
- (xvii) deliberar acerca da emissão de ações ou bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, e de debêntures simples não conversíveis em ações, fixando o preço de emissão, forma de subscrição e integralização e outras condições da emissão;
- (xviii) estabelecer a competência da Diretoria para a emissão pela Companhias e suas subsidiárias de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, tais como *bonds*, *notes*, *commercial papers* ou outros de uso comum no mercado, deliberando, ainda, acerca de suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que assim deliberar, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;
- (xix) de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a Administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, bem como a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações, observada a recomendação não vinculante do Comitê de Remuneração;
- (xx) estabelecer o valor da participação nos lucros dos Administradores e empregados da Companhia, observada a recomendação não vinculante do Comitê de Remuneração;
- (xxi) escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários acerca de qualquer matéria de sua alçada;
- (xxii) autorizar a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
- (xxiii) definir a lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado, nos termos do Capítulo X, Seção I e Seção II deste Estatuto Social.
- (xxiv) exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral nos termos da Lei das S.A. e deste Estatuto Social;
- (xxv) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem a emissão de novas ações;
- (xxvi) observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, dispor sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(xxvii) autorizar o levantamento de balanços semestral ou com periodicidade inferior para fins de pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio, nos termos do artigo 204 da Lei das S.A. e deste Estatuto Social;

(xxviii) deliberar sobre programas de recompra de ações dentro do capital autorizado;

(xxix) deliberar pela contratação, pela Companhia ou suas subsidiárias, de novos Administradores e empregados ou celebrar contratos de prestação de serviços com administrador ou empregado, em cada caso com um salário-base anual (não incluídos honorários, gratificações e outra remuneração ou benefícios indiretos) em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(xxx) celebrar qualquer contrato entre a Companhia e/ou suas subsidiárias e qualquer de seus acionistas, Administradores, partes relacionadas e qualquer de suas respectivas afiliadas, em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano;

(xxxi) deliberar sobre qualquer compra, aquisição, venda, locação, licença ou alienação por outra forma, de quaisquer ativos relevantes ou bens imóveis, inclusive no que concerne ativos intangíveis da Companhia e/ou suas subsidiárias, de valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano;

(xxxii) deliberar sobre o cancelamento ou quitação de qualquer gravame ou o pagamento ou quitação de qualquer obrigação ou responsabilidade relevante (fixa ou contingente) que não seja usual aos negócios da Companhia e/ou de suas subsidiárias ou que, estando inserida no curso normal dos negócios da Companhia e/ou de suas subsidiárias, seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano; e

(xxxiii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

A **diretoria** é o órgão de representação da Companhia, competindo aos Diretores cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social da Companhia, as deliberações da assembleia geral e do Conselho de Administração, bem como a prática, dentro das suas atribuições, de todos os atos de gestão dos negócios sociais e dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.

Compete à diretoria administrar e gerir os negócios da Companhia, devendo, em especial:

(i) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;

(ii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todas as operações da Companhia, incluindo as áreas contábil, financeira, administrativa e de recursos humanos;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (iii) dirigir e distribuir os serviços e tarefas da administração interna da Companhia;
- (iv) contratar ou desligar funcionários investidos de funções gerenciais;
- (v) abrir e movimentar contas bancárias;
- (vi) realizar operações financeiras, assinar contratos e distratos, constituir ônus reais e prestar de avais, fianças e garantias, observadas as regras previstas neste Estatuto Social e na Lei das S.A.;
- (vii) emitir, endossar, aceitar, descontar e empenhar duplicatas, faturas, letras de câmbio, cheques, notas promissórias, *warrants* ou qualquer outro título de crédito;
- (viii) elaborar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- (ix) propor, ao Conselho de Administração, o orçamento anual, o plano de negócios e o orçamento de capital da Companhia;
- (x) exercer as funções inerentes a outras competências que lhe forem atribuídas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração; e
- (xi) decidir acerca de qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

A Companhia conta ainda com dois comitês de assessoramento:

O **Comitê de Auditoria e Compliance** exerce funções consultivas, em conformidade com o seu regimento interno, com o escopo de assessorar o Conselho de Administração nas atividades de avaliação e controle das auditorias independente e interna, bem como revisar as demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente às disposições deste Estatuto Social e do regimento interno do Comitê de Auditoria e *Compliance*, o comitê observa todos os termos, requisitos, atribuições e composição prevista na Instrução CVM n.º 509, de 16 de novembro de 2011, qualificando-se como um Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), nos termos ali previstos.

O **Comitê de Remuneração e Participação** exerce as funções de (i) auxiliar o Conselho de Administração a estabelecer os planos, políticas e programas de remuneração destinados aos Administradores e empregados da Companhia; e (ii) aprovar a remuneração e a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia para Administradores e empregados da Companhia, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, sendo que suas recomendações têm caráter não vinculante.

b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação de comitês

O Conselho Fiscal da Companhia está instalado na Companhia desde a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 7 de março de 2016

Tanto o Comitê de Auditoria e *Compliance*, quanto o Comitê de Remuneração foram criados em 4 de maio de 2009.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão

O Conselho de Administração e os Comitês de assessoramento não tem um mecanismo de avaliação de desempenho.

Os membros da Diretoria, no entanto, passam anualmente por um processo de avaliação quantitativa e qualitativa, com o intuito de aferir o desempenho de cada um de seus membros.

d) Atribuições e poderes individuais dos membros da diretoria

Além de outras competências que lhes tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração, compete (i) ao Diretor Presidente convocar e presidir as reuniões da diretoria, orientar e coordenar a atuação da diretoria e dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia; (ii) ao Diretor de Relações com os Investidores a prestação de informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM.

e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Atualmente, não há mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a) Prazo de convocação

As assembleias gerais da Companhia são convocadas com 15 dias de antecedência, no mínimo, em primeira convocação e, se necessário, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da Lei das Sociedades por Ações.

b) Competências

Sem prejuízo das demais competências fixadas em lei e no Estatuto Social, competirá privativamente à assembleia geral:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia;
- (ii) reformar o Estatuto Social;
- (iii) atribuir bonificações em ações e decidir acerca de eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (iv) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, acerca da destinação do lucro do exercício e da distribuição de dividendos;
- (v) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- (vi) eleger e destituir os membros do conselho fiscal, se instalado;
- (vii) eleger o liquidante, bem como o conselho fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (viii) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, assim como a dos membros do conselho fiscal, se instalado, observando quanto à remuneração do conselho fiscal o quanto disposto no § 3º do artigo 162 da Lei das S.A.;
- (ix) aprovar planos de outorga de opções de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, bem como a pessoas que lhes prestem serviços;
- (x) aprovar a atribuição de participação nos lucros aos administradores, observados os limites legais, e aos empregados, considerando a política de recursos humanos da Companhia, e considerando as recomendações não vinculantes do Comitê de Remuneração da Companhia;
- (xi) deliberar acerca do cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- (xii) deliberar acerca da saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;
- (xiii) escolher, dentre aquelas indicadas pelo Conselho de Administração, a instituição ou empresa especializada que ficará responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia e preparação do respectivo laudo, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de saída do Novo Mercado, conforme previsto na Seção II, do Capítulo X do Estatuto Social;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- (xiv) deliberar acerca da incorporação da Companhia, ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, bem como deliberar acerca da fusão, cisão, transformação ou dissolução da Companhia,
- (xv) suspender o exercício de direitos de acionista, nos termos do artigo 120 da Lei das S.A.;
- (xvi) deliberar acerca de pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial;
- (xvii) deliberar a respeito de qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração;
- (xviii) alterar as atribuições do Conselho de Administração da Companhia;
- (xix) alterar as vantagens ou direitos relativos às ações ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia;
- (xx) alterar a política de dividendos;
- (xxi) aprovar a participação em grupo de sociedades;
- (xxii) reduzir o dividendo obrigatório;
- (xxiii) alterar o objeto social da Companhia; e
- (xxiv) deliberar a cessação do estado de liquidação da Companhia.

c) Endereços nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço físico: sede da Companhia, localizada na Rua Iguatemi, n.º 151, 23º andar, São Paulo, SP, Brasil.

Endereços eletrônicos: www.tarpon.com.br; www.bovespa.com.br; www.cvm.gov.br.

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

É vedado a qualquer acionista intervir em qualquer deliberação em que tiver ou representar interesse conflitante com o da Companhia. Considerar-se-á abusivo, para fins do disposto no artigo 115 da Lei das S.A., o voto exercido com o fim de causar dano à Companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a Companhia ou para os acionistas.

e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia e sua administração não solicitaram e não tem por política solicitar procurações para o exercício do direito de voto.

f) Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas

Para que possa participar da assembleia geral, votando nas matérias a serem deliberadas, o acionista deverá entregar na sede da Companhia, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data da realização da respectiva assembleia geral, os seguintes documentos:

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- (i) comprovante expedido, na forma do artigo 126 da Lei das S.A., pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, até 5 (cinco) dias antes da data da realização da assembleia geral;
- (ii) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social; e
- (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido, pela Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia ou outro órgão competente, no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da assembleia geral.

A Companhia não admite a outorga de procurações por meio eletrônico.

g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

A Companhia ainda não formalizou procedimento para receber boletim de voto a distância. Assim que tal processo for formalizado, o mercado será devidamente informado.

h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia ainda não formalizou procedimento para receber boletim de voto a distância. Assim que tal processo for formalizado, o mercado será devidamente informado.

i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

A Companhia ainda não formalizou procedimento para receber boletim de voto a distância. Assim que tal processo for formalizado, o mercado será devidamente informado.

j) Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Todas as informações sobre a participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância já consta deste item 12.2

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.3. Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, foram realizadas 11 reuniões do conselho de administração. Sendo 4 reuniões ordinárias e 7 reuniões extraordinária.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho.

Não existe acordo de acionista que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Nenhum membro do Conselho de Administração em situação de interesse conflitante com os interesses da Companhia, nos termos da lei, poderá ter acesso a informações, participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da administração, exercer o voto ou de qualquer forma intervir nas reuniões desse órgão da administração.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado, ficam obrigados a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Estatuto Social da Companhia, nas disposições da Lei das S.A., nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Regulamento de Sanções, a qual deve ser conduzida junto à Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, de conformidade com o Regulamento da referida Câmara.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Alexandre Tadao Amoroso Suguita		Pertence apenas à Diretoria	30/05/2017	RCA após AGO de 2019	0
312.734.478-32	Advogado	12 - Diretor de Relações com Investidores	30/05/2017	Sim	0%
-					
Fabio Hering		Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/03/2017	AGO de 2019	0
006.283.238-75	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	27/03/2017	Sim	0%
Membros do Comitê de Auditoria e Compliance e do Comitê de Remuneração e Participação					
Fernando Shayer		Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/03/2017	AGO de 2019	0
066.182.178-14	Advogado e Economista	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	27/03/2017	Sim	0%
-					
Horácio Lafer Piva		Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/03/2017	AGO de 2019	0
038.613.618-17	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	27/03/2017	Sim	0%
Membro do Comitê de Auditoria e Compliance e do Comitê de Remuneração e Participação					
Eduardo Silveira Mufarej		Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/03/2017	AGOE de 2019	0
263.395.488-06	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/03/2017	Sim	0%
-					
José Carlos Reis de Magalhães Neto		Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/03/2017	AGO de 2019	0
286.951.128-02	Administrador de Empresas	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	27/03/2017	Sim	0%
José Carlos é Presidente do Comitê de Remuneração e Participação.					
Murici dos Santos		Conselho Fiscal	30/04/2018	AGO de 2019	0
248.933.788-21	Advogado	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		Não	0%
-					
Alexandre Caliman Gomes		Conselho Fiscal	30/04/2018	AGO de 2019	2

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
369.669.528-93	Administrador de empresas Administrador de Empresas Administrador de Empresas Administrador	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	30/04/2018	Não	100.00%
-					
Pedro Henrique A. P. de Oliveira		Conselho Fiscal	30/04/2018	AGO de 2019	2
729.717.037-20	Engenheiro	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2018	Sim	100.00%
-					
Jose Violi Filho		Conselho Fiscal	30/04/2018	AGO de 2019	2
737.575.518-34	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		Sim	0.00%
-					
Marcello Joaquim Pachedo		Conselho Fiscal	30/04/2018	AGO de 2019	2
112.459.108-76	Advogado	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2018	Não	100.00%
-					
Michael Isaac Bentes Ruah		Conselho Fiscal	30/04/2018	AGO de 2019	0
236.655.888-04	Administrador de Empresas	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		Sim	0%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Alexandre Tadao Amoroso Suguita - 312.734.478-32

Alexandre juntou-se à Tarpon em 2007 e é o sócio-diretor da Tarpon responsável pelo time de operações, jurídico e de tecnologia da informação. Alexandre atua ainda como membro do conselho de administração da Omega Energia Renovável S.A. e da Cremer S.A. Anteriormente, trabalhou no Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados nas áreas de direito bancário, societário e mercado de capitais. Alexandre é graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Alexandre informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Fabio Hering - 006.283.238-75

Formado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O Sr. Fabio Hering é membro da diretoria da Cia Hering desde 2 de maio de 1986, e Diretor Presidente da Cia Hering desde 28 de abril de 2009. Possui especializações em Marketing, Finanças, Economia e Estratégia. Há vinte e oito anos trabalha na Cia Hering, tendo atuado como trainee, Diretor de Divisão Fashion, Diretor de Operações, Vice-presidente e Diretor de Relações com Investidores. Atualmente é também membro do Conselho de Administração da Cia Hering e da Arezzo&CO e Diretor da Hering Overseas Ltd e Hering International SAFI. Fabio Hering informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Fernando Shayer - 066.182.178-14

Fernando é responsável pela área de private equity e monitoramento de companhias investidas na Tarpon Gestora de Recursos S.A., sendo também diretor e membro do Comitê de Investimentos desta. Fernando é ainda presidente do conselho de administração da Abril Educação S.A. e membro do comitê de cultura e organização da mesma empresa; é membro do conselho de administração da AGV Holding S.A.; Acqua S.A.; e presidente do conselho de administração da Omega Energia Renovável S.A. Anteriormente, foi sócio do escritório de advocacia Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados. Foi advogado internacional no Skadden, Arps, Slate, Meagher and Flom LLP, em Nova Iorque, e no Banco CCF no Brasil. Exerce função de conselheiro de administração nas empresas Omega Energia Renovável S.A., Companhia Acqua e Morena Rosa Group S.A.. Fernando é bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), bem como é mestre em Direito (LL.M) pela Universidade de Columbia em Nova York.

Fernando Shayer informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Horácio Lafer Piva - 038.613.618-17

Membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A, e membro dos Conselhos de TCP – Terminal de Containers de Paranaguá S/A, Tarpon Investimentos S/A, Redecard S/A, BHG S/A e Grupo Martins. Presidente do Conselho da AACD - Associação de Assistência à Criança Deficiente, membro dos Conselhos da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, da Fundação Osesp - Orquestra Sinfônica do estado de S. Paulo, da Abdim – Associação Brasileira de Distrofia Muscular, da Fundação Antonio Prudente/Hospital do Câncer. Também participa dos Conselhos Consultivos da Spread TI e Brasilpar Serviços Financeiros. Foi Presidente da FIESP/CIESP/SESI/SENAI - Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo no período de 1998 a 2004, do Sebrae de 1998 a 2000 e da Bracelpa – Associação Brasileira de Celulose e Papel. Horácio Lafer Piva informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Eduardo Silveira Mufarej - 263.395.488-06

Graduado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), em São Paulo. Eduardo Silveira Mufarej é sócio da Tarpon e foi o CEO da gestora de setembro de 2013 até janeiro de 2015. Ele foi eleito CEO da Somos Educação S.A. em fevereiro de 2015. Eduardo também atuou no conselho da Omega Energia Renovável S.A., Arezzo & Co entre 2007 e 2013 e no conselho da BRF S.A. de 2013 a 2015. Antes de se juntar à Tarpon, ele foi vice-presidente de IB do Banco HSBC, associado de Investment Banking do banco CCF e analista de investimentos do Citigroup na divisão de Mercado de Capitais. Eduardo é também presidente do conselho da Confederação Brasileira de Rugby. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Presidente do Conselho da Confederação Brasileira de Rugby.

Eduardo o informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Carlos Reis de Magalhães Neto - 286.951.128-02

José Carlos é o fundador e membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia e Diretor de Investimentos da subsidiária integral Tarpon Gestora de Recursos S.A. Além disso, José Carlos atua como membro do conselho de administração, coordenador do comitê de estratégia, M&A e mercados e membro do comitê de pessoas, organização e cultura da BRF S.A.; é vice-presidente do conselho de administração da Abril Educação S.A.; é membro do conselho de administração da Acqua S.A. e da Omega Energia Renovável S.A. Anteriormente, José Carlos foi gestor de portfólio no banco Patrimônio/Salomon Brothers, trabalhou como associado no JP Morgan/Chase e como analista na GP Investimentos. José Carlos graduou-se em Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo.

José Carlos Reis de Magalhães Neto informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Murici dos Santos - 248.933.788-21

Murici dos Santos, 40 anos, Advogado, Bacharel em Direito (2007) e História (2002) pela Universidade de Guarulhos. Possui especialização em Direito Societário pela FGV (2013/2014) e atualização em Direito Ambiental pela ESA-OAB. Trabalha desde 2001 como consultor em Governança Corporativa, na prestação de serviços de consultoria e assessoria empresarial nas áreas administrativa, financeira, societária, tributária e atuação em Conselho de Administração e Fiscais, atuando nos últimos anos como conselheiro fiscal titular e suplente nas companhias: Tafibrás Participações S.A., Companhia Paranaense de Energia S.A, do Banco Nossa Caixa S.A.; Drogasil S.A.; Bicycletas Monark S.A.; M&G Poliéster S.A.; Santos Brasil S.A.; Medial Saúde S.A.; e AES Tietê S.A., entre outras. Atualmente o Sr. Murici dos Santos é Conselheiro Fiscal suplente da Triunfo Participações e Investimentos S.A., Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A., Rossi Residencial S.A, Guararapes Confecções S.A., Conselheiro Fiscal titular da Têxtil Renauxview S.A e Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação (2015/2016).

Alexandre Caliman Gomes - 369.669.528-93

Alexandre se juntou a Tarpon em 2010 como um analista de investimentos e depois atuou como Gerente de Finanças na BRF. Antes disso, ele já tinha trabalhado na Tarpon por um ano como estagiário. Ele também trabalhou na área de Investment Banking do Bank of America Merrill Lynch em São Paulo. Alexandre se formou Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo e estudou um semestre na Universidade do Texas em Austin.

Pedro Henrique A. P. de Oliveira - 729.717.037-20

Pedro Henrique A. P. de Oliveira é formado em Engenharia Civil pela PUC-RJ, com MBA em Finanças pela KUL-Bélgica (Vlerick Management School). Desenvolveu uma diversificada experiência em finanças corporativas, tendo trabalhado por mais de oito anos no JP Morgan, ocupando posições no Brasil e nos EUA. Em seguida assumiu posições de diretoria na Enron (fusões e aquisições) e em um start up de internet. Executou a fusão de duas empresas adquiridas pela Clear Channel no Brasil, atuando como seu representante legal no Brasil. Trabalhou por quatro anos na Merrill Lynch, gerenciando um grupo voltado para pequenas e médias empresas. Nos últimos dez anos atua como sócio administrador da Porto BSB Engenharia Ltda. construtora e incorporadora imobiliária em Brasília-DF e participou como gestor de fundos imobiliários da GAP Asset Management. Pedro Henrique atuou como membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: Odebrecht Agroindustrial, Comgas S/A, CELESC e Minerva Foods S/A.

Jose Violi Filho - 737.575.518-34

Executivo do Grupo Semco há mais de 30 anos. Durante este período, teve diferentes responsabilidades no departamento financeiro da empresa. Foi CEO e CFO do Grupo Semco e atualmente é membro do conselho nas joint ventures da Semco Partners.

Marcello Joaquim Pacheco - 112.459.108-76

Marcello Joaquim Pacheco, 47 anos, Advogado – Bacharel em Direito pela Universidade São Francisco – USF 1995. Possui especializações em Direito Societário pela FGV 2008/2009, Administração Financeira FGV 2010 e Controladoria FGV 2011. Diretor-Executivo da Marpache Serviços Especializados em Administração desde 2009. Assessor jurídico da Solução Governança Corporativa Consultoria Ltda. (2007/2009). Foi secretário do Conselho Fiscal da M&G Poliéster S.A. (2007/2009) e Anhanguera Educacional S.A (2009). Associado ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Atuou nos últimos anos na função de conselheiro Fiscal nas Companhias Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A., Banco Pine S.A, entre outras. Atualmente o Sr. Marcello Joaquim Pacheco é conselheiro fiscal titular nas Companhias: Guararapes Confecções S.A, Rossi Residencial S.A , CEB – Companhia Energética de Brasília S.A, e Trinfo Participações e Investimentos S.A.

Michael Isaac Bentes Ruah - 236.655.888-04

Michael juntou-se a Tarpon em 2011, onde trabalhou até 2014 como analista de investimentos. Após assumiu o cargo de gerente executivo de controle e gestão na BRF. Antes de trabalhar na Tarpon ele foi um analista de Investment Banking da Rothschild em Nova York e um analista de investimentos na ECS Capital em Portugal. Michael é formado em Economia summa cum laude da Wharton School da University of Pennsylvania.

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Fabio Hering	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	30/05/2017	RCA após AGO 2019	100.00%
006.283.238-75			17/03/1959	30/05/2017	4	
Membro Independente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Remuneração e Participação.						
Horácio Lafer Piva	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	30/05/2017	RCA após AGO 2019	100.00%
038.613.618-17			30/05/1957	30/05/2017	4	
Membro Independente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Remuneração e Participação.						
Walter Iorio	Comitê de Auditoria	Presidente do Comitê	Contador	30/05/2017	RCA após AGO 2019	100.00%
051.364.908-53			31/05/1943	30/05/2017	4	
Fabio Hering	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de empresas	30/05/2017	RCA após AGO 2019	100.00%
006.283.238-75			17/03/1959	30/05/2017	4	
Membro Independente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria e Compliance						
Horácio Lafer Piva	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	30/05/2017	RCA após AGO 2019	100.00%
038.613.618-17			30/05/1957	30/05/2017	4	
Membro Independente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria e Compliance						
José Carlos Reis de Magalhães Neto	Comitê de Remuneração	Presidente do Comitê	Administrador de Empresas	30/05/2017	RCA após AGO 2019	0.00%
286.951.128-02			21/01/1978	30/05/2017	2	
José Carlos é Diretor Presidente, e membro do Conselho de Administração						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
Fabio Hering - 006.283.238-75						
Fabio Hering - 006.283.238-75						

Formado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O Sr. Fabio Hering é membro da diretoria da Cia Hering desde 2 de maio de 1986, e Diretor Presidente da Cia Hering desde 28 de abril de 2009. Possui especializações em Marketing, Finanças, Economia e Estratégia. Há vinte e oito anos trabalha na Cia Hering, tendo atuado como trainee, Diretor de Divisão Fashion, Diretor de Operações, Vice-presidente e Diretor de Relações com Investidores. Atualmente é também membro do Conselho de Administração da Cia Hering e da Arezzo&CO e Diretor da Hering Overseas Ltd e Hering International SAFI. Fabio Hering informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Horácio Lafer Piva - 038.613.618-17

Horácio Lafer Piva - 038.613.618-17

Membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A, e membro dos Conselhos de TCP – Terminal de Containers de Paranaguá S/A, Tarpon Investimentos S/A, Redecard S/A, BHG S/A e Grupo Martins. Presidente do Conselho da AACD - Associação de Assistência à Criança Deficiente, membro dos Conselhos da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, da Fundação Osesp - Orquestra Sinfônica do estado de S. Paulo, da Abdim – Associação Brasileira de Distrofia Muscular, da Fundação Antonio Prudente/Hospital do Câncer. Também participa dos Conselhos Consultivos da Spread TI e Brasilpar Serviços Financeiros. Foi Presidente da FIESP/CIESP/SESI/SENAI - Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo no período de 1998 a 2004, do Sebrae de 1998 a 2000 e da Bracelipa – Associação Brasileira de Celulose e Papel. Horácio Lafer Piva informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Walter Iorio - 051.364.908-53

Walter Iorio é ex-sócio da KPMG Brasil, onde foi responsável por auditorias de instituições financeiras, seguradoras e entidades de previdência privada. Formado em Contabilidade pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, da Fundação Álvares Penteado. (1969). É membro do Grupo de Trabalho de especialistas em instituições financeiras do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). Neste grupo, participa da elaboração de orientações sobre procedimentos contábeis e de auditoria, em conjunto com o Banco Central do Brasil. Foi eleito, para a gestão 2006/2009 e reeleito para as gestões 2010/2013 e 2014/2017, membro do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRC-SP), sendo coordenador da Câmara de Desenvolvimento Profissional de 2012 a 2013. Foi membro do Comitê de Auditoria da Sul América S.A. (companhia aberta, holding do Grupo Sul América de Seguros, com atuação principalmente nos ramos de automóvel, saúde, pessoas e previdência privada), de 2007 a 2014. Foi presidente do Comitê de Auditoria da HDI Seguros S/A. (com atuação predominante no seguro de veículos; subsidiária da Talanx International AG, Hannover, Alemanha) de março de 2010 a março de 2015. Walter Iorio informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Carlos Reis de Magalhães Neto - 286.951.128-02

José Carlos é o fundador e Presidente do Conselho de Administração e diretor sem designação específica da Companhia e Diretor de Investimentos da subsidiária integral Tarpon Gestora de Recursos S.A. Além disso, José Carlos atua como membro do conselho de administração, coordenador do comitê de estratégia, M&A e mercados e membro do comitê de pessoas, organização e cultura da BRF S.A.; é vice-presidente do conselho de administração da Abril Educação S.A.; é membro do conselho de administração da Acqua S.A. e da Omega Energia Renovável S.A. Anteriormente, José Carlos foi gestor de portfólio no banco Patrimônio/Salomon Brothers, trabalhou como associado no JP Morgan/Chase e como analista na GP Investimentos. José Carlos graduou-se em Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo.

José Carlos Reis de Magalhães Neto informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
-------------------------------	----------	--	----------------------------

Exercício Social 31/12/2017Administrador do Emissor

José Carlos Reis de Magalhães Neto

286.951.128-02

Subordinação

Controlada Direta

Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Tarpon Gestora de Recursos S.A.

14.841.301/0001-52

Diretor de Investimentos

Observação**Exercício Social 31/12/2016**Administrador do Emissor

Alexandre Tadao Amoroso Suguita

312.734.478-32

Subordinação

Controlada Direta

Diretor de Relações com Investidores

Pessoa Relacionada

Tarpon Gestora de Recursos S.A.

14.841.301/0001-52

Administrador

Observação**Exercício Social 31/12/2015**Administrador do Emissor

José Carlos Reis de Magalhães Neto

286.951.128-02

Subordinação

Controlada Direta

Diretor Presidente e Membro do Conselho de administração

Pessoa Relacionada

Tarpon Gestora de Recursos S.A.

14.841.301/0001-52

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Diretor de Investimentos

Observação**Administrador do Emissor**

Alexandre Tadao Amoroso Suguia
Diretor de Relações com Investidores

312.734.478-32

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Tarpon Gestora de Recursos S.A.
Administrador

14.841.301/0001-52

Observação

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia mantém vigente o seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores (D&O), o qual visa garantir aos administradores da Companhia o pagamento o reembolso de despesas arcadas pelos administradores decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor.

A atual apólice prevê a cobertura no limite de até US\$ 50 milhões, o prêmio soma o montante total de US\$384 mil, e é válido entre novembro de 2017 e novembro de 2018.

A Companhia mantém ainda termos de compromisso pelos quais se compromete a isentar e manter seus administradores indenidos contra perdas, danos, prejuízos e despesas, potenciais ou efetivos, derivadas direta ou indiretamente de ato, ação ou omissão do administrador no exercício de suas atribuições na Companhia, suas subsidiárias e Fundos sob sua gestão.

Dada a existência da prestação de compromisso de indenidade, em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2018, a Companhia informa o que segue:

- a) Por qual motivo a companhia preferiu a prestação de compromisso de indenidade ao invés da celebração de contrato de seguro de responsabilidade civil com cobertura similar (Processo CVM nºRJ2009/8316)

O contrato de indenidade tem o intuito de indenizar os administradores atuais e futuros da Companhia e das companhias investidas pelos fundos geridos pela Companhia que forem indicados e os referidos fundos (“Garantidos” e, no singular, “Garantido”) por eventuais perdas decorrentes de decisões, condenações ou outras restrições administrativas ou judiciais que lhes sejam impostas em razão do exercício das funções inerentes aos seus respectivos cargos, que não sejam cobertas pelo seguro de responsabilidade civil já contratado pela Companhia. Ou seja, o contrato de indenidade configura uma garantia adicional à cobertura do seguro de responsabilidade civil.

Vale ressaltar que desde o início de suas atividades até o arquivamento da Versão 1 deste Formulário de Referência, a Companhia nunca teve que indenizar qualquer um de seus administradores.

- b) O valor cotado de prêmio de seguro de responsabilidade civil que preveja cobertura similar ao compromisso de indenidade prestado

Atualmente, a Companhia possui contratado seguro de responsabilidade civil com as seguradoras Chubb Seguros Brasil S.A. e AIG Seguros Brasil S.A., com pagamento de prêmio no montante total de US\$384 mil e com cobertura do montante total de até US\$ 50 milhões, correspondente ao limite máximo de indenização.

- c) Se a garantia oferecida pela prestação de compromisso de indenidade inclui o pagamento ou o reembolso de indenizações que os administradores forem obrigado a pagar quando responsabilizados por danos causados a terceiros em consequência de atos ilícitos dolosos ou de quaisquer atos ilícitos praticados antes da prestação do compromisso de indenidade –

A Companhia obriga-se a cumprir integralmente as obrigações de indenizar o Garantido enquanto não for proferida decisão final transitada em julgado em favor da Companhia que determine que uma parcela ou a totalidade da perda incorrida pelo Garantido tenha decorrido exclusivamente de conduta dolosa ou fraudulenta por parte do Garantido, em cujo caso, a Companhia poderá reaver proporcionalmente os valores que a Companhia tenha pago ao Garantido conforme o compromisso de indenidade, se for o caso.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

- d) Se a garantia oferecida pela prestação de compromisso de indenidade inclui o pagamento ou o reembolso de multas decorrentes de condenação em ação penal ou em processo administrativo ou obrigações pecuniárias previstas em acordos para encerramento de processos administrativos suportadas pelos administradores –

Sim. O contrato de indenidade prevê o pagamento ou o reembolso de multas decorrentes de condenação em ação penal ou em processo administrativo ou obrigações pecuniárias previstas em acordos para encerramento de processos administrativos suportadas pelos administradores

- e) Em caso de resposta positiva a, pelo menos, um dos dois itens anteriores, por que a administração acredita que tal garantia estaria no melhor interesse da companhia –

Tendo em vista que o contrato de indenidade exclui, expressamente, a garantia em caso de atos praticados com dolo ou má-fé, a cobertura para os demais casos em que o Garantido apure perdas em virtude de processos judiciais ou administrativos consiste em indenização justa e devida, uma vez que a penalidade aplicada ao Garantido decorreu de ato praticado no exercício de sua função, sem a intenção de lesar a Companhia, as companhias investidas ou a terceiros. Ao garantir indenizações justas e devidas aos Garantidos, o contrato de indenidade se alinha ao interesse da Companhia de atrair e manter profissionais qualificados nas posições mais altas de sua administração.

- f) As principais cláusulas contidas no compromisso de indenidade, incluindo o limite global ou anual da cobertura garantida aos beneficiários, quando aplicável, bem como o período de cobertura estabelecido no referido compromisso; e –

Nos termos do contrato de indenidade, este (i) não possui limite de cobertura; (ii) estabelece garantia cuja cobertura abarca todo o período de exercício do cargo do Garantido, seja este período anterior ou posterior à celebração do contrato de indenidade; e (iii) será celebrado por prazo indeterminado, continuando em vigor mesmo depois da saída do Garantido do exercício de suas funções de administração

- g) Qual o órgão da companhia é competente para determinar o pagamento ou o reembolso que os administradores fizerem jus nos termos do compromisso de indenidade e de que forma tal órgão lidará com os conflitos de interesses inerentes à decisão. -

O Conselho de Administração será o órgão competente para determinar o pagamento ou reembolso, devendo se abster de votar aquele que for beneficiário da garantia, bem como outros membros do Conselho de Administração beneficiados pela garantia e que estejam envolvidos na mesma demanda que tenha dado origem ao pedido de indenização.

12.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 12 deste Formulário de Referência.

As informações relativas à divulgação de cargos ocupados pelos membros do conselho de administração, exigidas nos termos do item 4.5. do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, estão devidamente informadas nos itens 12.6/8 deste Formulário de Referência.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Os principais objetivos da política de remuneração da Companhia consistem em: (i) alinhamento de interesses dos executivos e colaboradores com o objetivo primordial de geração de valor para os acionistas da Companhia, e (ii) preservação da meritocracia, de modo que a remuneração de cada executivo seja proporcional à sua contribuição com o resultado da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017 não havia qualquer política de remuneração devidamente formalizada. A Companhia conta com um plano de opção de compra de ações, que não tem natureza remuneratória. Seus detalhes estão expostos ao longo deste item 13 do Formulário de Referência e o plano pode ser acessado no sítio eletrônico da CVM, na seção relacionada à Companhia.

b) Composição da remuneração

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

De modo a atingir os objetivos da política de remuneração, os executivos da Companhia fazem jus à remuneração composta pelos seguintes elementos: (1) remuneração fixa (pró-labore); e (2) remuneração variável (bônus ou PLR, conforme o caso), baseada em indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos definidos periodicamente.

Além disso, a Companhia oferece a seus executivos participação no plano de opção de compra de ações, com o objetivo de investimento de longo prazo, que não faz parte, tampouco possui natureza de remuneração. Atualmente, não faz parte de política da Companhia a outorga de opções de compra de ações a membros do Conselho de Administração pelo exercício de tal função, sendo certo que conselheiros que não são independentes são titulares de opções na qualidade de diretores executivos.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia é composta somente de pró-labore. Os membros dos comitês estatutários que fazem parte do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia não fazem jus à remuneração adicional em razão de sua participação em referidos comitês. Os demais membros fazem jus a pagamentos trimestrais pela participação nos comitês.

Por fim, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta somente por pró-labore nos termos do parágrafo §3º do art. 162 da Lei das S.A.

(ii) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:
Exercício social de 2017:

Elemento	Participação na remuneração total
Remuneração fixa	54,29%
Gratificação ou PLR	45,71%
Total	100%

Exercício social de 2016:

Elemento	Participação na remuneração total
Remuneração fixa	58,82%
Gratificação ou PLR	41,18
Total	100%

Exercício social de 2015:

Elemento	Participação na remuneração total
Remuneração fixa	55,44%
Gratificação ou PLR	44,56%
Total	100%

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Os valores referentes a pró-labore são determinados periodicamente de acordo com práticas de mercado para empresas de setores similares à Companhia.

A remuneração variável dos diretores estatutários será determinada pelo Conselho de Administração da Companhia, levando-se em consideração as recomendações não vinculativas do comitê de remuneração e participação da Companhia.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia acredita que a combinação dos elementos que compõe a remuneração esteja alinhada com as perspectivas de rentabilidade e riscos inerentes aos negócios da Companhia.

(v) Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os diretores estatutários da Companhia recebem a totalidade de sua remuneração pela subsidiária integral da Companhia, a Tarpon Gestora de Recursos S.A. (“Tarpon Gestora”), sociedade operacional que realiza os serviços de gestão das carteiras, veículos e fundos de investimento.

Ainda, os membros do conselho de administração da Companhia que não são membros independentes não recebem qualquer remuneração em razão do exercício de suas funções de conselheiros, dado que renunciaram à tal remuneração e atuam como administradores de subsidiárias da Companhia e/ou são acionistas diretos e/ou indiretos da Companhia.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A Companhia adota como indicadores de desempenho metas empresariais qualitativas e quantitativas. Dentre as metas quantitativas, estão incluídos, dentre outros, o acompanhamento do resultado global da Companhia mensurado pelo lucro líquido. São realizadas avaliações periódicas para mensurar desempenho individual, com base em metas específicas estabelecidas no PLR.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Os Diretores Estatutários da Companhia recebem a totalidade de sua remuneração pela subsidiária integral da Companhia, a Tarpon Gestora de Recursos S.A. (“Tarpon Gestora”), sociedade operacional que realiza os serviços de gestão das carteiras, veículos e fundos de investimento. A remuneração global aprovada na assembleia geral ordinária da Companhia realizada em 27 de março de 2017 já engloba a remuneração recebida pelos Diretores da Companhia pela Tarpon Gestora.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	4,50		8,50
Nº de membros remunerados	2,00	4,50		6,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	312.000,00	4.641.000,00		4.953.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	6.297.000,00		6.297.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.750.000,00		1.750.000,00
Observação				
Total da remuneração	312.000,00	12.688.000,00		13.000.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	4,58	2,75	11,33
Nº de membros remunerados	2,00	4,58	2,50	9,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	312.000,00	5.404.543,03	287.100,00	6.003.643,03
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.792.519,03	0,00	4.792.519,03
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	312.000,00	10.197.062,06	287.100,00	10.796.162,06

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	5,30	2,50	10,80
Nº de membros remunerados	2,00	5,30	2,50	9,80
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	312.000,00	7.616.081,88	261.000,00	8.189.081,88
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.732.922,75	0,00	5.732.922,75
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	810.886,04	0,00	810.886,04
Observação		Do número total reportado, 2,0 membros eram diretores da Tarpon Investimentos S.A. e o restante eram diretores de suas subsidiárias.		
Total da remuneração	312.000,00	14.159.890,67	261.000,00	14.732.890,67

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,91	2,00		7,91
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	312.000,00	1.746.872,60		2.058.872,60
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.225.616,59		2.225.616,59
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00

Observação				
Total da remuneração	312.000,00	3.972.489,19		4.284.489,19

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Remuneração Prevista

Os valores abaixo são meras estimativas e podem ser alterados, de modo que não é possível assegurar que tais valores estimados serão efetivamente verificados.

2018

Órgãos da Administração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	[4,00]	[4,50]	[8,50]
Nº de membros remunerados	[2,00]	[4,50]	[6,50]
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	[6.297.000,00]	[6.297.000,00]
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

2017

Órgãos da Administração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	4,00	2,75	4,58	11,33
Nº de membros remunerados	2,00	2,75	4,58	9,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	7.496.356,97	7.496.356,97
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	4.792.519,03	4.792,519,03
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

2016

Órgãos da Administração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	3,00	2,50	5,33 ¹⁰	10,83

¹⁰ Do número total reportado, 2,0 membros eram diretores da Tarpon Investimentos S.A. e o restante eram diretores de suas subsidiárias.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Nº de membros remunerados	2,00	2,50	5,33	9,83
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	10.500.032,08	10.500.032,08
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	5.732.922,75	5.732.922,75
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

2015

O conselho fiscal da Companhia não está instalado no exercício social de 2015, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

Órgãos da Administração	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Total</u>
Número de membros	2	6,08 ¹¹	8,08
Nº de membros remunerados	2	6,08	8,08
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano	N/A	N/A	N/A

¹¹ Do número total reportado, 2,0 membros eram diretores da Tarpon Investimentos S.A. e o restante eram diretores de suas subsidiárias.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

de remuneração

Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	10.765.036,83	10.765.036,83
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	5.818.044,49	5.818.044,49

Participação no resultado

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a) Termos e condições gerais

Em 16 de fevereiro de 2009, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opções de compra de ações (“Plano”), com base no qual serão emitidas opções que concederão a seus titulares o direito de adquirir ações representando até 25% das ações de emissão da Companhia, em bases totalmente diluídas. O Plano foi alterado em 30 de novembro de 2009, 18 de agosto de 2010 e 18 de junho de 2012.

O Plano não tem caráter remuneratório, consistindo em mecanismo de alinhamento de longo prazo para os executivos da Companhia.

b) Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que determinados administradores e empregados da Companhia (incluindo-se aqueles vinculados às subsidiárias da Companhia e às companhias investidas pelos Fundos), bem como pessoas físicas prestadoras de serviços para a Companhia (“Participantes”), adquiram ações ordinárias da Companhia, visando a alinhar interesses dos acionistas da Companhia aos de seus administradores e executivos e, assim, incentivá-los a contribuir substancialmente para o sucesso da Companhia.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano poderá gerar benefícios aos Participantes, que poderão receber parte do valor que vier a ser gerado pela Companhia, e aos acionistas da Companhia, que contarão com Participantes incentivados a maximizar os resultados da Companhia.

d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

O Plano representa ferramenta de alinhamento dos interesses dos acionistas, administradores, executivos e funcionários da Companhia no longo prazo. O Plano não tem natureza remuneratória.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Em razão do contínuo prazo de *vesting* (20% ao ano), do extenso prazo de exercício das opções objeto do Plano (5 anos) e da restrição à alienação das ações adquiridas em decorrência do exercício das opções pelos Participantes pelo período de 12 meses, acreditamos que o Plano confere incentivos de médio e longo prazo para alinhamento entre os Participantes e a Companhia.

f) Número máximo de ações abrangidas

O Plano abrange até 25% do total de ações emitidas pela Companhia, em bases totalmente diluídas.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções que pode ser outorga nos termos do Plano é de 13.724.667.

h) Condições de aquisição de ações

As opções objeto do Plano passaram(ão) a ser exercíveis nas proporções e em cada uma das datas abaixo relacionadas (“Datas de Vesting”):

- (i) a primeira parcela das opções inicialmente outorgadas em 10 de março de 2009 tornou-se exercível na proporção de 20% em 10 de março de 2009 e 20% em 1º de julho de 2009. Em cada um dos três aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009, 20% das ações tornar-se-ão exercíveis;
- (ii) a segunda parcela das opções inicialmente outorgadas em 10 de março de 2009 tornou-se exercível na proporção de 20% em 1º de julho de 2009. Em cada um dos quatro aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009, 20% das ações tornar-se-ão exercíveis;

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

- (iii) as opções inicialmente outorgadas a partir de 1º de julho de 2009 tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% em cada dia 1º de julho dos cinco exercícios sociais subsequentes à respectiva data de outorga;

Nenhum participante poderá alienar as ações adquiridas por meio do exercício das opções pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de exercício da respectiva opção.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções outorgadas será o maior valor entre: (i) R\$5,60 (cinco reais e sessenta centavos) por ação, ajustado nos termos e limites do item 5.4(c) do Plano, desde a data de aprovação inicial do Plano até a data de outorga da respectiva Opção; e (ii) 75% da cotação de mercado das Ações na BM&FBOVESPA, no fechamento do pregão anterior à data de outorga da respectiva opção. Tal Preço de Exercício estará sujeito a ajustes subsequentes, nos termos e limites do item 5.4 (c) do Plano.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Cada parcela das opções do plano expirará no 5º aniversário da respectiva Data de Vesting.

k) Forma de liquidação

O Preço de Exercício deverá ser pago pelo Participante à Companhia em dinheiro, em uma única parcela, até a data do registro das Ações em nome do Participante nos livros da instituição financeira escrituradora das ações de emissão da Companhia.

l) Restrições à transferência de ações

Nenhum Participante poderá alienar as Ações adquiridas por meio do exercício das opções pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de exercício da respectiva opção.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A totalidade das opções outorgadas a cada Participante tornar-se-á automaticamente exercível, dentre outras hipóteses, nos seguintes casos: (i) os atuais acionistas controladores deixarem de deter em conjunto pelo menos 30% do total das ações da Companhia a qualquer momento; (ii) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações da Companhia (que não no âmbito de reorganização societária interna); (iii) operação societária ou comercial envolvendo substancialmente todos ativos da Companhia.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O exercício das opções está sujeito ao preenchimento de determinados requisitos pelo Participante na respectiva data do exercício da opção, o que inclui a exigência de que o Participante continue vinculado à Companhia em cada tal data. Em caso de término voluntário do vínculo do Participante com a Companhia, ou de término sem justa causa por parte da Companhia, tal beneficiário poderá exercer apenas a parte das opções exercíveis, no prazo de 30 dias de tal término, sendo que as opções não exercíveis ou não exercidas estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do Plano. Em caso de término do vínculo com a Companhia por parte da Companhia, por justa causa, tal beneficiário não terá direito de exercer quaisquer das opções que recebeu. Neste caso, todas as opções não exercidas estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do Plano.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.5

Remuneração baseada em ações

O plano de opção de compra de ações da Companhia não tem natureza remuneratória.

Não estão previstas outorgas de opções a membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia para o exercício social corrente, tampouco foi outorgada qualquer opção aos atuais membros da Diretoria ou do Conselho de Administração da Companhia exclusivamente na qualidade de diretores ou conselheiros da Companhia.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.6

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2017¹

Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Nº de membros	4,00	2,75	4,58
Nº de membros Remunerados	2,00	2,75	4,58
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	-	-	-
Data que se tornarão exercíveis	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência de ações	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Opções Exercíveis			
Quantidade	-	-	260.000
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	2019/2020
Prazo de restrição à transferência de ações	-	-	1 ano
Preço médio ponderado de exercício	-	-	R\$ 5,51
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	R\$ 3,00
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-	R\$ 780.000,00

¹ Não foram outorgadas opções aos membros do conselho de administração em razão de suas funções de conselheiros da Companhia.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.7

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2017

Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Nº de membros	4,00	2,75	4,58
Nº de membros remunerados	2,00	2,75	4,58
Opções exercidas	-	-	-
Número de ações	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-	-
Ações entregues	-	-	-
Número de ações entregues	-	-	-
Preço médio ponderado de aquisição	-	-	-
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	-	-

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2016¹

Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Nº de membros	3	2,5	5,3 ²
Nº de membros remunerados	2	2,5	5,3
Opções exercidas	-	-	99.999,00
Número de ações	-	-	99.999,00
Preço médio ponderado de exercício	-	-	R\$ 5,15
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-	R\$ 2,24
Ações entregues	-	-	99.999,00
Número de ações entregues	-	-	99.999,00
Preço médio ponderado de aquisição	-	-	R\$ 5,15
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	-	R\$ 2,24

¹ Não foram outorgadas opções aos membros do conselho de administração em razão de suas funções de conselheiros da Companhia.

² Do número total reportado, 2,0 membros eram diretores da Tarpon Investimentos S.A. e o restante eram diretores de suas subsidiárias.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2015³

Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Nº de membros	2	N/A	6,08⁴
Nº de membros remunerados	2	N/A	6,08
Opções exercidas	-	-	-
Número de ações	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-	-
Ações entregues	-	-	-
Número de ações entregues	-	-	-
Preço médio ponderado de aquisição	-	-	-
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	-	-

³ Não foram outorgadas opções aos membros do conselho de administração em razão de suas funções de conselheiros da Companhia.

⁴ Do número total reportado, 2,0 membros eram diretores da Tarpon Investimentos S.A. e o restante eram diretores de suas subsidiárias.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.8

Modelo de Precificação

A avaliação do Plano apresentada neste item foi elaborada utilizando o modelo árvore binomial.

Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Outorga de 10 de março de 2009:

As premissas utilizadas no modelo de precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 70%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 1,29; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$5,60 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 13%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 30 de novembro de 2009:

As premissas utilizadas no modelo de precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 34%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 6,87; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$5,40 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 8,75%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 19 de fevereiro de 2010:

As premissas utilizadas no modelo de precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 28%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 7,84; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$5,23 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 8,63%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 19 de agosto de 2010:

As premissas utilizadas no modelo de precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 22,60%;

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 11,45; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$8,59 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 10,75%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 8 de agosto de 2011:

As premissas utilizadas no modelo de precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 20,00%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 15,20; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$11,40 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 11,90%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 8 de agosto de 2012:

As premissas utilizadas no modelo de precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 24,00%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 12,65; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$9,49 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 10,15%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 20 de agosto de 2012:

As premissas utilizadas no modelo de precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 20,00%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 13,77; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$10,12 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 9,10%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 10 de outubro de 2013:

As premissas utilizadas no modelo de precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 19,00%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 15,44; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$11,58 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 11,78%. O cálculo do valor das opções tem o propósito

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 12 de março de 2015:

As premissas utilizadas no modelo de precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 26,70%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 10,59; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$7,91 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 12,54%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado

A Companhia não adota método para incorporar efeitos esperados do exercício antecipado das opções.

Forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada aplicada no modelo de precificação é equivalente à volatilidade do Índice Bovespa.

Outras características da opção incorporadas na mensuração de seu valor justo

Além dos elementos descritos acima, nenhuma outra característica foi incorporada na mensuração do valor justo das opções.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.9

Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, em 31 de dezembro de 2017

Órgão	Ações Ordinárias	Opções de Ações
Conselho de Administração	24.102.839	432.972
Diretoria	-	-
Conselho Fiscal	-	-

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do Conselho de Administração ou aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de membros	4,58	5,33	2,00	4,00	3,00	5,91	2,75	2,50	0,00
Nº de membros remunerados	4,58	5,33	2,00	2,00	2,00	2,00	2,75	2,50	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	2.098.038,03	4.794.366,63	1.872.446,44	156.000,00	156.000,00	156.000,00	95.700,00	87.000,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	1.044.000,00	1.047.712,00	1.726.054,55	156.000,00	156.000,00	156.000,00	95.700,00	87.000,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	2.224.813,54	2.472.750,00	1.799.250,50	156.000,00	156.000,00	156.000,00	104.400,00	87.000,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12

A Companhia não adota mecanismo de remuneração ou indenização para administradores em caso de destituição de seus cargos ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**13.13**

Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	2015	2016	2017
Conselho de Administração	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	93,5%	74,5%	61,9%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**13.14**

Indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestadas

Órgão	2017	2016	2015
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**13.15**

Conforme indicado no item 13.1(f) deste Formulário de Referência, durante o exercício de 2017, 2016 e 2016, a remuneração dos membros da Diretoria foi inteiramente arcada pela Tarpon Gestora de Recursos S.A., subsidiária integral da Emissora responsável pela atividade de gestão de recursos, em razão dos membros da diretoria da Companhia também serem diretores ou funcionários de referida subsidiária operacional da Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes**13.16**

Os montantes descritos nesta seção refletem os montantes efetivamente desembolsados nos respectivos exercícios sociais a título de remuneração para os administradores da Companhia e de suas subsidiárias. Ressaltamos que, para apuração de remuneração variável, a Companhia observa o período de competência compreendido entre 1º de abril do ano anterior ao desembolso e 31 de março do ano do efetivo desembolso.

Além disso, não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 13 deste documento.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**a) Número de empregados****2017**

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Qtde de Funcionários	Total de funcionários por escritório
São Paulo, SP, Brasil (Tarpon Gestora de Recursos S.A.)	Analista de Investimentos	9	22
	Desenvolvimento de Negócios	3	
	Jurídico	2	
	Controle Contábil/Administrativo/Financeiro	3	
	Controle Operacional (back-office)	4	
	Diversas	1	
	Diversas	0	

2016

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Qtde de Funcionários	Total de funcionários por escritório
São Paulo, SP, Brasil (Tarpon Gestora de Recursos S.A.)	Analista de Investimentos	9	25
	Desenvolvimento de Negócios	2	
	Jurídico	2	
	Controle Contábil/Administrativo/Financeiro	6	
	Controle Operacional (back-office)	6	
	Diversas	0	
	Diversas	0	
Nova Iorque, NY, EUA (TISA NY Inc.)	Analista de Investimentos	0	2
	Desenvolvimento de Negócios	1	
	Jurídico	0	
	Controle Contábil/Administrativo/Financeiro	1	
	Controle Operacional (back-office)	0	
	Diversas	0	
	Diversas	0	

14.1 - Descrição dos recursos humanos**2015**

Localização geográfica	Atividade desempenhada	Quantidade de funcionários	Total de funcionários por escritório
São Paulo, SP, Brasil (<i>Tarpon Gestora de Recursos S.A.</i>)	Analista de Investimentos	7	26
	Desenvolvimento de Negócios	3	
	Jurídico	2	
	Controle Contábil/Administrativo/Financeiro	7	
	Controle Operacional (back office)	6	
	Diversas (estágio/Trainee)	1	
Nova Iorque, NY, EUA (<i>TISA NY Inc.</i>)	Analista de Investimentos	2	4
	Desenvolvimento de Negócios	1	
	Jurídico	0	
	Controle Contábil/Administrativo/Financeiro	1	
	Controle Operacional (back office)	0	
	Diversas (estágio/Trainee)	0	

b) Número de terceirizados**2017**

Localização geográfica	Atividade desempenhada	Quantidade de funcionários	Total de funcionários por escritório
São Paulo, SP, Brasil	Limpeza	2	2
	Suporte TI	0	

2016

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Qtde de Funcionários	Total de funcionários por escritório
São Paulo, SP,	Limpeza	2	2

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Brasil (Tarpon Gestora de Recursos S.A.)	Suporte TI	0	
--	------------	---	--

2015

Localização geográfica	Atividade desempenhada	Quantidade de funcionários	Total de funcionários por escritório
São Paulo, SP, Brasil	Limpeza	2	2
	Suporte TI	0	
Nova Iorque, NY, EUA	Limpeza	0	0

c) Índice de rotatividade

Ano	Índice de rotatividade¹
2017	26,58%
2016	45,60%
2015	43,08%

¹ A Companhia calcula o seu índice de rotatividade considerando a razão entre a média de novas contratações e desligamentos sobre a média de funcionários da Companhia entre um exercício social e outro.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve alterações relevantes com relação aos números divulgados no item 14.1.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia, na qualidade de holding, não possui funcionários registrados e suas atividades operacionais são desenvolvidas por meio de suas subsidiárias.

A Companhia (definição que inclui as suas subsidiárias, exceto se o contexto indicar diversamente), remunera seus funcionários por meio de salário mensal, benefícios e remuneração variável anual.

Política de salário:

O salário dos empregados é determinado segundo critérios de cargo, senioridade e nível de profissionalização.

Política de remuneração variável:

A Companhia possui um Programa de Participação nos Lucros e Resultados, segundo o qual os empregados podem receber, anualmente, participação nos lucros. Ocasionalmente, a Companhia pode atribuir gratificações a seus funcionários.

b) Política de benefícios

A Companhia está sujeita aos termos das Convenções Coletivas de Trabalho celebradas com o Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Companhias de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Companhias de Serviços Contábeis.

Além do salário mensal, benefícios e remuneração variável, a Companhia concede aos seus funcionários os seguintes benefícios: vale refeição, vale transporte (ou estacionamento, conforme o caso), seguro de vida, e subsidia 50% do plano de saúde de seus funcionários.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

Há dois planos baseado em ações em vigor.

1. Sobre o plano de opções de compra de ações aprovado em 16 de fevereiro de 2009, posteriormente alterado em 30 de novembro de 2009, 18 de agosto de 2010 e 18 de junho de 2012.

(i) Grupos de beneficiários

O plano de opções não tem caráter remuneratório, apenas de alinhamento de longo prazo. Os beneficiários do plano de opções de compra de ações da Companhia são os administradores (com exceção dos conselheiros independentes) e empregados (incluindo aqueles vinculados a companhias que fazem parte da carteira de investimentos dos Fundos geridos pela Companhia), de acordo com a alocação que venha a ser determinada pelo conselho de administração.

(ii) Condições para exercício

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

O exercício das opções objeto do plano estará sujeito ao preenchimento de determinados requisitos por parte do beneficiário da opção na respectiva data do exercício da opção, o que inclui a exigência de que o beneficiário continue a atuar como administrador, ou funcionário da Companhia ou de suas subsidiárias em cada tal data.

Em caso de término voluntário do vínculo do beneficiário com a Companhia (ou com suas subsidiárias), ou de término sem justa causa por parte da Companhia (ou de suas subsidiárias), tal beneficiário poderá exercer apenas aquela parte das opções exercíveis de que for titular, no prazo de 30 dias de tal término, sendo que as opções não exercidas ou não exercíveis estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do plano de opções de compra de ações.

Em caso de término do vínculo com a Companhia (ou suas subsidiárias) por parte da Companhia, por justa causa, tal beneficiário não terá direito de exercer quaisquer das opções que recebeu. Neste caso, todas as opções não exercidas ou não exercíveis estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do plano de opções de compra de ações.

(iii) Preços de exercício

O Preço de Exercício das opções será o maior valor entre: (i) R\$5,60 (cinco reais e sessenta centavos) por ação, ajustado nos termos do item 5.4 desde a data de aprovação inicial do Plano até a outorga da respectiva Opção; e (ii) 75% da cotação de mercado das Ações na BM&FBOVESPA, no fechamento do pregão anterior à data de outorga da respectiva Opção. Tal Preço de Exercício estará sujeito a ajustes subsequentes, nos termos do item 5.4. do Plano.

(iv) Prazos de exercício

As opções objeto do plano passaram(ão) a ser exercíveis nas proporções e em cada uma das datas abaixo relacionadas (“Datas de Vesting”):

- a. A primeira parcela das opções outorgadas em 10 de março de 2009, equivalente a 50,2% do total de ações objeto do plano, tornou-se exercível na proporção de 20% em 10 de março de 2009, 20% em 1º de julho de 2009 e 20% em cada um dos 3 aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009;
- b. A segunda parcela das opções outorgadas em 10 de março de 2009, equivalente a 5,6% do total de ações objeto do plano, tornou-se exercível na proporção de 20% em 1º de julho de 2009 e 20% em cada um dos 4 aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009; e
- c. As opções outorgadas a partir de 1º de julho de 2009 tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% em cada dia 1º de julho dos 5 exercícios sociais subsequentes à respectiva data de outorga.

Não obstante o disposto acima, no evento dos atuais acionistas controladores deixarem de deter em conjunto pelo menos 30% do total das ações a qualquer momento, dentre outras hipóteses, todas as opções outorgadas sob o plano tornar-se-ão imediatamente exercíveis.

Cada parcela das opções do plano expirará no quinto aniversário da respectiva Data de Vesting (inclusive opções exercíveis a partir da Data da Primeira Outorga).

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(v) Quantidade de ações comprometidas pelo plano

Nos termos do Plano, podem ser emitidas Ações que concederão a seus titulares o direito de adquirir ações representando até 25% das ações de emissão da Companhia, em bases totalmente diluídas.

2. Em relação ao Plano de Outorga de Ações Restritas aprovado pela assembleia geral de acionistas de 30 de abril de 2018:

(i) Grupos de beneficiários

Nos termos do Plano de Outorga de Ações Restritas, são beneficiários os administradores e colaboradores da Companhia, ou outra sociedade sob o seu controle, em favor dos quais a Companhia outorgar uma ou mais Ações Restritas, nos termos do referido Plano, em razão da concordância dos Beneficiários quanto à sua participação ao referido Plano;

(ii) Condições para exercício

Não há condições de exercício, dado que se trata de um plano de outorga de ações.

O Conselho de Administração, conforme entender conveniente, aprovará a outorga de Ações Restritas, elegendo os Beneficiários em favor dos quais a Companhia entregará as Ações Restritas nos termos do Plano, estabelecendo, conforme o caso, os prazos e condições de aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas.

A outorga de Ações Restritas é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas objeto da outorga e os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas.

(iii) Preços de exercício

A outorga é realizada de forma gratuita ao Beneficiário

(iv) Prazos de exercício

O Plano não prevê datas de exercício. No entanto, estabelece as seguintes regras de restrição à negociação das Ações Restritas outorgadas:

As Ações Restritas recebidas pelo Beneficiário, em qualquer hipótese, seja através da (i) concessão das ações mantidas em tesouraria; e/ou da (ii) emissão de novas ações, não poderão ser negociadas pelos Beneficiários, observado o quanto segue: (i) 50% das Ações Restritas recebidas pelo Beneficiário no âmbito do Plano não

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

poderão ser negociadas até 31 de outubro de 2018; e (ii) 50% das Ações Restritas recebidas pelo Beneficiário no âmbito do Plano não poderão ser negociadas até 31 de outubro de 2019

(v) Quantidade de ações comprometidas pelo plano

O número total de Ações Restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano não excederá 1.544.030 das ações representativas do capital social total da Companhia, correspondentes a 3,50% do capital social da Companhia, na data de aprovação do Plano.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Os empregados da Companhia são representados por um sindicato no Estado de São Paulo, denominado Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Companhias de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Companhias de Serviços Contábeis. A Companhia entende que tem um bom relacionamento com o sindicato.

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 14 deste documento.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Class D Series of GEF-PS,LP						
12.255.503/0001-97	Americano-DF	Não	Sim	03/06/2015		
Não						
	2.301.200	5,216000%	0	0,000000%	2.301.200	5,216000%
Mangue Participações Ltda.						
22.575.400/0001-68	Brasileira-SP	Não	Sim	05/11/2015		
Não						
	28.109.251	63,718000%	0	0,000000%	28.109.251	63,718000%
OUTROS						
	13.548.875	30,713000%	0	0,000000%	13.548.875	30,713000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 02/08/2016						
	155.800	0,353000%	0	0,000000%	155.800	0,353000%
TOTAL						
	44.115.126	100,000000%	0	0,000000%	44.115.126	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Mangue Participações Ltda.				22.575.400/0001-68		
José Carlos Reis de Magalhães Neto						
286.951.128-02	Brasileiro-SP	Não	Sim	28/02/2015		
Não						
19.624.239	69,944000	0	0,000000	19.624.239	69,944000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
8.432.866	30,055000	0	0,000000	8.432.866	30,056000	
TOTAL						
28.057.105	99,999000	0	0,000000	28.057.105	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Class D Series of GEF-PS,LP				12.255.503/0001-97		
OUTROS						
1.000	100,000000	0	0,000000	1.000	100,000000	
TOTAL						
1.000	100,000000	0	0,000000	1.000	100,000000	

15.3 - Distribuição de capital

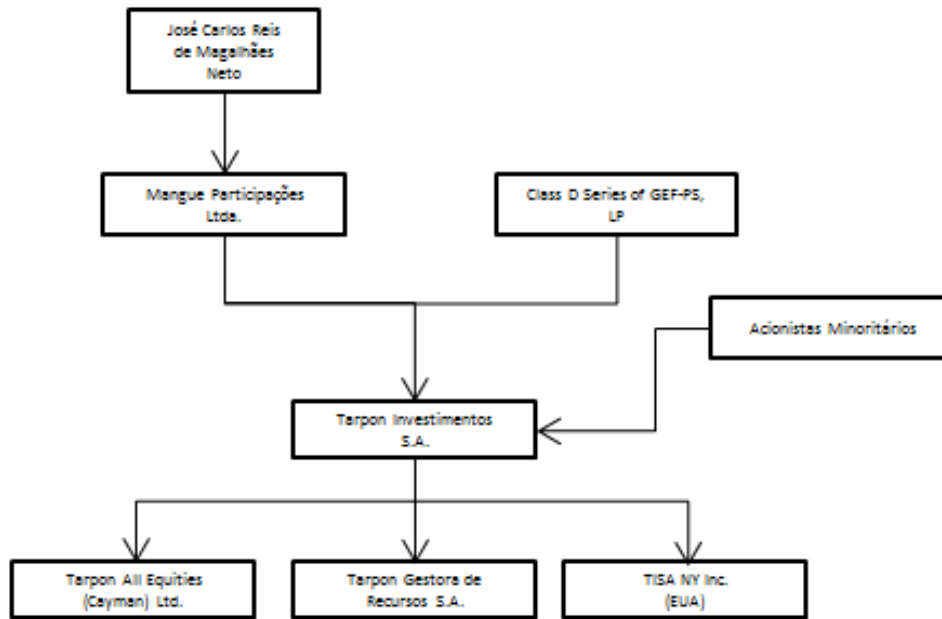
Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2018
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	2.077
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	15
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	49

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	14.907.373	33,791976%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	14.907.373	33,791976%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não aplicável.

Em 28 de fevereiro de 2015, com a assinatura dos atos societários relativos à reorganização societária interna da Silver King Participações Ltda. (“SK”), conforme divulgado no item 6.5. deste Formulário de Referência, o acordo de acionistas celebrado em 10 de julho de 2009 e posteriormente alterado entre José Carlos Reis de Magalhães Neto, Pedro de Andrade Faria, Eduardo Silveira Mufarej, Fernando Shayer, Marcelo Guimarães Lopo Lima, José Alexandre Carneiro Borges, Miguel Gomes Ferreira, Antonio Augusto Torres de Bastos Filho, Philip Vincent Reade, e Rodrigo Reghini Vieira, SK e Tarpon Investimentos S.A. como intervenientes anuentes, foi resiliado.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houve qualquer alteração relevante nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor além da divulgada no item 15.7 deste Formulário de Referência.

15.7 - Principais operações societárias

Para fins deste item, o termo Companhia significará a própria Emissora, Tarpon Investimentos S.A.

Reorganização da SK (fevereiro/2015)

a. Evento

Reorganização societária interna da Silver King Participações Ltda. (“SK”), aprovada por seus quotistas em 28 de fevereiro de 2015, envolvendo (i) a transformação da SK em sociedade por ações, (ii) a contribuição de ações de emissão da Companhia ao capital da SK e (iii) a subsequente cisão parcial da SK, com a constituição de uma nova sociedade de participações denominada Mangue Participações Ltda. (“Mangue Participações”).

b. Principais Condições do Negócio

Os atos societários estão pendentes de registro nos órgãos competentes.

c. Sociedades Envolvidas

Tarpon Investimentos S.A., Silver King Participações S.A., e Mangue Participações Ltda.

d. Efeitos Resultantes no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia.

Em decorrência da referida reorganização societária, Mangue Participações passou a ser titular de 27.824.583 ações ordinárias de emissão da Companhia, representando 59,77% do capital social da Companhia na data deste evento, e SK passou a ser titular de 227.619 ações ordinárias de emissão da Companhia, representando 0,49% do capital social da Companhia na data do evento. Adicionalmente, determinados cotistas de Mangue Participações passaram a deter diretamente 1.021.594 ações ordinárias de emissão da Companhia, representando 2,19% do capital social da Companhia na data do evento.

e. Quadro societário antes e depois da operação

Quadro societário antes da operação:

Acionista	Número de ações	% do Capital Social da Companhia*
Silver King Participações Ltda.	21.982.008	47,22%
Pessoas Vinculadas	6.966.864	14,96%
Outros	17.606.077	37,82%
Total	46.554.949	100,00%

Quadro societário depois da operação:

Acionista	Número de ações	% do Capital Social da Companhia*
Silver King Participações S.A.	227.619	0,49%
Mangue Participações Ltda	27.824.583	59,77%
Pessoas Vinculadas	1.021.594	2,19%

15.7 - Principais operações societárias

Outros	17.481.153	37,55%
Total	46.554.949	100,00%

* Os percentuais descritos neste item fazem referência ao total de ações emitidas pela Companhia na data do evento descrito. Para informações sobre posição acionária atual da Companhia, favor verificar item 15.1/2 deste Formulário de Referência.

f. Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável, uma vez que não houve qualquer alteração que resultasse em efeito econômico ou político que afetasse os acionistas minoritários

15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 15 deste documento.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Nos termos do Estatuto Social, é de competência do Conselho de Administração a aprovação de qualquer contrato entre a Companhia e/ou suas subsidiárias e qualquer de seus acionistas, administradores, partes relacionadas e qualquer de suas respectivas afiliadas, em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Tarpon Gestora de Recursos S.A.	08/02/2016	3.400.000,00	R\$ 291.786,68	100	Prazo indeterminado, com pagamento em até 02 (dois) anos a partir da assinatura do contrato	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Mútuo						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Tarpon Gestora de Recursos S.A.	06/04/2016	6.000.000,00	6.000.000,00	100	Prazo indeterminado, com pagamento em até 01 (um) ano a partir da assinatura do contrato	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Mútuo						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Na aprovação de operações com partes relacionadas, deverão ser observados os preceitos da Lei das Sociedades por Ações. A Lei das Sociedades por Ações dispõe que nenhum acionista da Companhia poderá votar nas deliberações da assembléia geral que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia apresenta comitês de acompanhamento contínuo das suas atividades. É o caso do Comitê de Auditoria e Compliance, que abarca os termos da Instrução CVM Nº 509, de 16 de novembro de 2011, referente ao Comitê de Auditoria Estatutário, e o Comitê de Remuneração e Participação para avaliar e autorizar os planos de remuneração dos administradores e funcionários.

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 16 deste documento.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
15/05/2018	7.463.902,90	21/06/2018	45.532.050	0	45.532.050
Tipo de capital	Capital Integralizado				
02/08/2016	7.084.677,45		44.115.126	0	44.115.126

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
10/03/2010	Conselho de Administração	10/03/2010	176.432,20	Subscrição particular	32.763	0	32.763	4,40611000	5,40	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
Forma de integralização		Dinheiro.								
07/01/2011	Conselho de Administração	07/01/2011	1.494.935,46	Subscrição particular	488.541	0	488.541	3,57581000	3,06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
Forma de integralização		Dinheiro								
07/01/2011	Conselho de Administração	07/01/2011	10.893.103,88	Subscrição particular	4.064.077	0	4.064.077	26,05575000	2,68	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
Forma de integralização		Dinheiro								
04/07/2011	Conselho de Administração	04/07/2011	3.467.706,48	Subscrição particular	1.376.074	0	1.376.074	6,39858000	2,52	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
Forma de integralização		Dinheiro								
04/07/2011	Conselho de Administração	04/07/2011	1.178.418,24	Subscrição particular	385.104	0	385.104	2,17441000	3,06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
Forma de integralização		Dinheiro								
04/07/2011	Conselho de Administração	04/07/2011	297.440,00	Subscrição particular	88.000	0	88.000	0,54883000	3,38	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
Forma de integralização		Dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
04/07/2011	Conselho de Administração	04/07/2011	718.753,85	Subscrição particular	91.561	0	91.561	1,32624000	7,85	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
Forma de integralização		Dinheiro								
15/08/2011	Conselho de Administração	15/08/2011	248.830,02	Subscrição particular	81.317	0	81.317	0,41571000	3,06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
15/08/2011	Conselho de Administração	15/08/2011	1.010.673,72	Subscrição particular	401.061	0	401.061	1,68848000	2,52	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
15/08/2011	Conselho de Administração	15/08/2011	20.280,00	Subscrição particular	6.000	0	6.000	0,03388000	3,38	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
15/08/2011	Conselho de Administração	15/08/2011	26.092,15	Subscrição particular	4.445	0	4.445	0,04359000	5,87	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
31/07/2012	Conselho de Administração	31/07/2012	3.309.146,39	Subscrição particular	1.307.963	0	1.307.963	1,05633000	2,53	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/07/2012	Conselho de Administração	31/07/2012	223.100,28	Subscrição particular	66.006	0	66.006	0,07122000	3,38	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
31/07/2012	Conselho de Administração	31/07/2012	443.199,79	Subscrição particular	77.891	0	77.891	0,14148000	5,69	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
31/07/2012	Conselho de Administração	31/07/2012	1.146.542,22	Subscrição particular	374.687	0	374.687	0,36599000	3,06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
28/01/2013	Conselho de Administração	28/01/2013	173.807,90	Subscrição particular	31.430	0	31.430	0,27960000	5,53	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
28/01/2013	Conselho de Administração	28/01/2013	387.100,00	Subscrição particular	35.000	0	35.000	0,62272000	11,06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
29/04/2013	Conselho de Administração	29/04/2013	15.890,78	Subscrição particular	15.000	0	15.000	0,25271000	10,59	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
29/07/2013	Conselho de Administração	29/07/2013	63.540,00	Subscrição particular	6.000	0	6.000	0,09578000	10,59	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
29/07/2013	Conselho de Administração	29/07/2013	578.617,95	Subscrição particular	112.353	0	112.353	0,87224000	5,15	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
29/07/2013	Conselho de Administração	29/07/2013	182.520,00	Subscrição particular	54.000	0	54.000	0,27514000	3,38	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
29/07/2013	Conselho de Administração	29/07/2013	973.095,30	Subscrição particular	318.005	0	318.005	1,46690000	3,06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
29/07/2013	Conselho de Administração	29/07/2013	263.798,04	Subscrição particular	104.268	0	104.268	0,39766000	2,53	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
04/11/2013	Conselho de Administração	04/11/2013	609.600,00	Subscrição particular	60.000	0	60.000	0,94000000	10,16	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
04/11/2013	Conselho de Administração	04/11/2013	656.760,00	Subscrição particular	78.000	0	78.000	1,01300000	8,42	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
27/02/2014	Conselho de Administração	27/02/2014	348.365,82	Subscrição particular	137.694	0	137.694	0,29700000	2,53	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
27/02/2014	Conselho de Administração	27/02/2014	93.024,00	Subscrição particular	30.400	0	30.400	0,06600000	3,06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
27/02/2014	Conselho de Administração	27/02/2014	81.254,07	Subscrição particular	24.111	0	24.111	0,05200000	3,37	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
27/02/2014	Conselho de Administração	27/02/2014	916.762,50	Subscrição particular	186.750	0	186.750	0,40300000	5,15	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
25/07/2014	Conselho de Administração	25/07/2014	74.250,00	Subscrição particular	22.000	0	22.000	0,04714000	3,38	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
25/07/2014	Conselho de Administração	25/07/2014	679.540,32	Subscrição particular	222.072	0	222.072	0,47586000	3,06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
25/07/2014	Conselho de Administração	25/07/2014	235.799,01	Subscrição particular	45.764	0	45.764	0,09806000	5,15	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
25/07/2014	Conselho de Administração	25/07/2014	1.281.000,00	Subscrição particular	140.000	0	140.000	0,30000000	9,15	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
04/03/2015	Conselho de Administração	04/03/2015	40.746,96	Subscrição particular	13.316	0	13.316	0,02860000	3,06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
04/03/2015	Conselho de Administração	04/03/2015	23.186,25	Subscrição particular	6.870	0	6.870	0,01480000	3,38	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
04/03/2015	Conselho de Administração	04/03/2015	24.536,21	Subscrição particular	4.762	0	4.762	0,01020000	5,15	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
09/11/2015	Conselho de Administração	09/11/2015	33.746,63	Subscrição particular	9.999	0	9.999	0,02173701	3,38	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
09/11/2015	Conselho de Administração	09/11/2015	149.917,14	Subscrição particular	29.096	0	29.096	0,06325232	5,15	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
09/11/2015	Conselho de Administração	09/11/2015	8.795,00	Subscrição particular	1.000	0	1.000	0,00217392	8,80	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
07/03/2016	Conselho de Administração	07/03/2016	161.996,36	Subscrição particular	47.999	0	47.999	0,10425501	3,38	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
07/03/2016	Conselho de Administração	07/03/2016	29.792,16	Subscrição particular	9.736	0	9.736	0,02114683	3,06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
07/03/2016	Conselho de Administração	07/03/2016	515.244,85	Subscrição particular	99.999	0	99.999	0,21720030	5,15	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
15/05/2018	Conselho de Administração	15/05/2018	3.792.255,39	Subscrição particular	1.416.924	0	1.416.924	3,21187721	2,65	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

O preço por ação foi fixado nos termos do artigo 170, §1º, III da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A.") e nos termos do item 6.2.2 (b) do Plano de Outorga de Ações Restritas, considerando como último fechamento o preço de 14 de maio de 2018.

Forma de integralização

Em moeda corrente nacional

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Desde a abertura do capital da Companhia, não foi realizado desdobramento, grupamento ou bonificação de ações.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até o momento, a Companhia não realizou redução de seu capital.

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 17 deste Formulário de Referência.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	De acordo com o Estatuto Social e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	<p>No caso de liquidação da Companhia, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital, na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia.</p> <p>Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembléia geral poderão retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor de suas ações com base no seu valor patrimonial, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>No caso das ações da Companhia (i) terem liquidez, ou seja, integrarem o índice geral da BM&FBOVESPA ou o índice de qualquer outra bolsa, conforme definido pela CVM, e (ii) terem dispersão no mercado, de forma que os acionistas controladores, a sociedade controladora ou outras sociedades sob controle comum detenham menos de 50% das ações, os acionistas não terão direito de retirada.</p>
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembléia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não aplicável.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O Estatuto Social da Emissora não apresenta regras que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Emissora não apresenta exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2017**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	17.646.116	6,00	4,26	R\$ por Unidade	5,07
30/06/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	9.236.727	4,74	2,55	R\$ por Unidade	3,55
30/09/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.244.365	4,89	2,70	R\$ por Unidade	3,67
31/12/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.274.381	4,23	3,00	R\$ por Unidade	3,63

Exercício social 31/12/2016

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.390.900	8,60	6,70	R\$ por Unidade	7,58
30/06/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.398.800	7,88	5,60	R\$ por Unidade	7,20
30/09/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	343.600	7,36	6,29	R\$ por Unidade	6,70
31/12/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	835.600	6,70	5,50	R\$ por Unidade	6,32

Exercício social 31/12/2015

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.352.103	9,73	10,61	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	61.450.715	8,10	9,96	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.282.589	8,94	9,70	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.448.118	8,35	9,67	R\$ por Unidade	0,00

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia só tem ações ordinárias emitidas.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações da Companhia são admitidas a negociação na BM&FBOVESPA, sob o *ticker* [TRPN3], sendo listadas no segmento diferenciado de governança corporativa do *Novo Mercado*

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não há valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nos três últimos exercícios sociais, não foram realizadas ofertas pública de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Nos três últimos exercícios sociais, o emissor não realizou nenhuma oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Nos três últimos exercícios sociais, o emissor não realizou nenhuma oferta pública de aquisição relativa a ações de emissão de terceiro.

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 18 deste Formulário de Referência.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
09/05/2017	09/05/2017 à 07/08/2017	1.267.500,00	Ordinária		200.000	1,350000	155.800	4,00	R\$ por Unidade	77,900000
O montante de reservas disponível indicado refere-se a posição em 31 de dezembro de 2016										
25/05/2016	25/05/2016 à 23/08/2016	14.390.587,38	Ordinária		400.000	2,460000	400.000	7,07	R\$ por Unidade	100,000000
O montante de reservas disponível indicado refere-se a posição em 31 de dezembro de 2015										
07/03/2016	07/03/2016 à 05/06/2016	14.390.587,38	Ordinária		1.699.643	10,000000	1.682.600	6,58	R\$ por Unidade	98,997200
O montante de reservas disponível indicado refere-se a posição em 31 de dezembro de 2015										

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Exercício social 31/12/2017****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	155.800	4,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	155.800	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2016**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	2.082.600	6,82
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	2.082.600	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2015**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	580.000	9,60
Quantidade alienada	580.000	9,60

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	0
<hr/>	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Na relação “ações em tesouraria/ações em circulação”, descrita neste item 19, foi utilizada a data base de 31 de dezembro de 2017.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação 17/11/2011

Órgão responsável pela aprovação Conselho de Administração

Cargo e/ou função Acionistas controladores, diretos ou indiretos, membros do conselho de Administração, da diretoria e dos comitês estatutários e funcionários da Companhia e suas subsidiárias.

Principais características e locais de consulta

Esta Política de Negociação estabelece determinadas regras que deverão ser observados em qualquer negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados ("Valores Mobiliários") pela Companhia e suas subsidiárias ("Tarpon"), pelos seus acionistas controladores, diretos ou indiretos, pelos membros do conselho de administração, da diretoria e dos comitês estatutários e pelos funcionários da Tarpon que aderirem a esta Política de Negociação ("Indivíduos Restritos").

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização 1. É vedada a negociação com Valores Mobiliários, pela Tarpon e pelos Indivíduos Restritos, no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITRs) e anuais (DFPs) da Companhia.

2. É vedada a negociação com Valores Mobiliários, pelos Indivíduos Restritos, nas seguintes hipóteses: (i) nas datas em que a Tarpon adquirir Valores Mobiliários, com base em qualquer programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, é vedado aos Indivíduos Restritos alienar valores Mobiliários; e (ii) nas datas em que a Companhia alienar Valores Mobiliários, é vedado aos Indivíduos Restritos adquirir Valores Mobiliários. A Companhia deverá informar previamente os Indivíduos Restritos acerca de tais datas.

3. É vedada a negociação com ações de emissão da Companhia pela Tarpon e pelos Indivíduos Restritos, salvo se forem realizadas por meio das seguintes sociedades corretoras: (i) Agora CTVM S.A., com sede na Praia de Botafogo 300, 6º andar, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ; (ii) CS Hedging-Griffo CV S.A., com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, Torre IV, 7º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP; (iii) Itaú CV S/A, Rua Álvares Penteado, 218, São Paulo, SP; (iv) Merrill Lynch S.A. CTVM, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 16º andar, São Paulo, SP; e (v) XP Investimentos CCTVM S/A., com sede na Avenida das Américas, 3434 - Bloco 07 - 2º andar - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ - Cep: 22640-102. Esta vedação não se aplica aos conselheiros independentes da Companhia.

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 20 deste Formulário de Referência.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia possui, conforme a Instrução CVM 358, uma Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes, que consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Prevemos uma única hipótese de exceção à imediata divulgação de informação relevante. Referida informação só poderá deixar de ser divulgada se sua revelação puder colocar em risco nosso interesse legítimo. Nesse caso, cabe ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso constate oscilação atípica, deverá divulgar imediatamente o ato ou fato relevante.

Todas as pessoas vinculadas (nossos acionistas controladores, diretores, membros do Conselho de Administração, do conselho fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e funcionários que tenham acesso freqüente a informações relevantes e outros que consideremos necessário ou conveniente) deverão assinar um Termo de Adesão à Política de Divulgação de Informações Relevantes, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas, sob pena de nos indenizar e as demais pessoas vinculadas dos prejuízos que venham a ocorrer.

Cumpre às pessoas vinculadas o dever de comunicar formalmente o Diretor de Relações com Investidores sobre qualquer ato ou fato que possa ser considerado relevante, para que este possa decidir sobre sua caracterização. Cumpre, ainda, à referidas pessoas vinculadas o dever de guardar sigilo das informações relevantes a que tenham acesso privilegiado, até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral, por meio de anúncio publicado nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo ser feita de forma resumida, desde que indique o endereço da internet em que a informação estará disponível, em teor idêntico àquele remetido à CVM e às Bolsas de Valores.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 21 deste Formulário de Referência.